

La lettrice
Francesco Netti (1873)



APOSTILA DE ATUALIDADES

Maio|2026

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —

MENTORIA
ESTRATÉGICA
PARA O CACD
Profª Raquel Medeiros

SUMÁRIO

TEMAS MULTILATERAIS.....	2
Segurança.....	2
Meio Ambiente e Energia.....	8
Direitos humanos, Saúde e afins	14
ECONOMIA.....	21
INICIATIVAS DE INTEGRAÇÃO	Erro! Indicador não definido.
RELAÇÕES BILATERAIS	34
EUA	34
Países da América Central e da América do Sul.....	39
Países africanos.....	42
Países asiáticos.....	45
Países europeus e união europeia	49
Países do Oriente Médio.....	53

TEMAS MULTILATERAIS

SEGURANÇA

11 mai

AFC/M23 recua de posições no leste da RDC sob pressão militar e diplomática. O grupo rebelde AFC/M23 anunciou a retirada de algumas posições estratégicas na província de South Kivu, no leste da República Democrática do Congo (RDC), após semanas de pressão militar exercida pelas forças governamentais congoleesas e de crescente mobilização diplomática internacional. Os Estados Unidos tiveram papel relevante nesse processo ao intensificar pressões políticas sobre os atores envolvidos e defender medidas voltadas à redução das hostilidades. Apesar do recuo, persistem acusações de que o movimento continua recebendo apoio de Ruanda, alegação reiteradamente negada por Kigali. O episódio insere-se em um conflito mais amplo que afeta a região dos Grandes Lagos africanos, marcada por disputas armadas recorrentes, deslocamentos populacionais em larga escala e competição pelo controle de áreas ricas em recursos minerais estratégicos. **Relevância para o CACD:** A notícia permite explorar temas centrais da geopolítica africana contemporânea, especialmente a instabilidade na região dos Grandes Lagos e as complexas relações entre a República Democrática do Congo e Ruanda. O caso é particularmente relevante para discussões sobre conflitos transfronteiriços, grupos armados não estatais, soberania territorial e segurança regional. Também possibilita analisar a crescente importância dos minerais críticos — como cobalto, coltan, cobre e terras raras — para a economia global e para a transição energética, bem como a influência que esses recursos exercem sobre a dinâmica dos conflitos locais. Além disso, o episódio favorece debates sobre sanções internacionais, mediação diplomática, atuação dos Estados Unidos e de organizações regionais africanas, construção da paz e os desafios enfrentados pelo continente africano na consolidação da estabilidade política e do desenvolvimento econômico.

19 – 28 mai

Taiwan denuncia ações militares chinesas como principal fonte de instabilidade regional. Autoridades de Taiwan voltaram a manifestar preocupação com a intensificação das atividades militares chinesas nas proximidades da ilha, afirmando que exercícios navais, patrulhas aéreas e incursões frequentes na Zona de Identificação de Defesa Aérea taiwanesa contribuem para elevar a instabilidade no Estreito de Taiwan e aumentam os riscos de incidentes militares. Segundo Taipei, essas ações fazem parte de uma estratégia de pressão contínua destinada a enfraquecer a capacidade de resistência política e militar da ilha. Em resposta, o governo chinês declarou que Taiwan não possui legitimidade para questionar operações realizadas pelas Forças Armadas da República Popular da China em áreas consideradas por Pequim como parte de seu próprio território. As declarações evidenciam a persistência das tensões entre os dois lados do estreito e reforçam as preocupações internacionais quanto à possibilidade de escalada

militar em uma das regiões mais estratégicas do sistema internacional contemporâneo. **Relevância para o CACD:** O episódio permite abordar temas centrais da geopolítica contemporânea, como a disputa de soberania sobre Taiwan, a política de “Uma Só China” defendida por Pequim e as diferentes interpretações sobre o status jurídico e político da ilha. Também favorece discussões sobre a chamada ambiguidade estratégica dos Estados Unidos, que reconhecem diplomaticamente a China, mas mantêm compromissos políticos e militares voltados à segurança taiwanesa. A notícia ainda possibilita analisar a importância geoestratégica da chamada “primeira cadeia de ilhas” (*First Island Chain*) para a contenção marítima chinesa, bem como os impactos da rivalidade sino-americana para a segurança do Indo-Pacífico. Trata-se de um dos principais potenciais focos de conflito entre grandes potências no século XXI, envolvendo questões de equilíbrio de poder, dissuasão, segurança regional, liberdade de navegação e estabilidade da ordem internacional.

25 mai

Guerra no Sudão ameaça colheitas e amplia insegurança alimentar. A guerra civil sudanesa entre as Forças Armadas do Sudão (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF) passou a ameaçar de forma crescente a produção agrícola na região de Kordofan, considerada uma área estratégica tanto por sua localização geográfica quanto por sua importância econômica. Situada entre territórios controlados pelos dois lados do conflito, a região tornou-se palco de confrontos, deslocamentos populacionais e interrupções nas atividades produtivas. Organizações humanitárias alertaram que a insegurança, a destruição de infraestrutura, a escassez de insumos agrícolas e as dificuldades de acesso às áreas de cultivo podem comprometer a próxima safra, agravando um quadro já severo de insegurança alimentar. O conflito, que já provocou milhões de deslocados internos e refugiados, ameaça ampliar a crise humanitária e aprofundar a dependência de assistência internacional. **Relevância para o CACD:** A notícia permite analisar a interseção entre segurança internacional, desenvolvimento e segurança alimentar, tema cada vez mais presente na agenda global. O caso do Sudão evidencia como conflitos armados podem comprometer cadeias produtivas essenciais, gerar deslocamentos forçados em larga escala e ampliar crises humanitárias. Também favorece discussões sobre a instabilidade no entorno do Chifre da África, os impactos regionais dos fluxos de refugiados, a atuação de organismos internacionais de assistência humanitária e os desafios da construção da paz em Estados fragilizados. Além disso, o episódio ilustra os efeitos indiretos dos conflitos sobre mercados agrícolas, abastecimento de alimentos e desenvolvimento econômico, aspectos frequentemente explorados em provas de Política Internacional, Geografia e Economia do CACD.

26 mai

Coreia do Norte testa mísseis e foguetes com orientação por IA. A Coreia do Norte anunciou a realização de uma série de testes envolvendo diferentes sistemas de armamentos, incluindo mísseis

balísticos táticos, foguetes de artilharia de longo alcance e mísseis de cruzeiro de alta precisão. Segundo a agência estatal KCNA, os exercícios tiveram como destaque a incorporação de tecnologias de inteligência artificial para aprimorar a navegação, a seleção de alvos e a capacidade de coordenação dos sistemas de armas. Pyongyang apresentou os testes como parte de seu programa de modernização militar e de fortalecimento da capacidade de dissuasão frente às atividades militares dos Estados Unidos, da Coreia do Sul e do Japão na região. O anúncio reforçou preocupações internacionais sobre a contínua evolução tecnológica do arsenal norte-coreano, especialmente em um contexto de crescente aproximação política e militar entre Pyongyang e Moscou. **Relevância para o CACD:**

A notícia permite discutir temas centrais da agenda contemporânea de segurança internacional, como proliferação de mísseis, modernização militar e os desafios enfrentados pelos regimes de controle de armamentos. O caso também é particularmente relevante para analisar a crescente militarização da inteligência artificial e o impacto das novas tecnologias sobre a condução da guerra, a dissuasão e a estabilidade estratégica. Além disso, favorece debates sobre a segurança na Península Coreana, a persistência do impasse em torno do programa nuclear norte-coreano e a dinâmica das alianças regionais envolvendo Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão. A notícia também dialoga com a aproximação entre a Coreia do Norte e a Rússia, tema cada vez mais relevante diante das acusações de cooperação militar, transferência de tecnologia e apoio mútuo em um contexto de crescente polarização geopolítica.

26 – 31 mai

Israel intensifica ofensiva no Líbano contra o Hezbollah. As Forças de Defesa de Israel intensificaram significativamente suas operações militares no Líbano, realizando mais de 120 ataques aéreos contra posições associadas ao Hezbollah e ampliando suas incursões terrestres no sul do país. Entre os avanços anunciados por Israel esteve a captura do castelo de Beaufort, ponto estratégico localizado em uma área elevada próxima à fronteira, historicamente utilizado para observação e controle militar da região. O governo israelense justificou as ações como parte de uma campanha destinada a degradar as capacidades operacionais do Hezbollah e impedir ataques contra o território israelense. O Hezbollah, por sua vez, respondeu com lançamentos de foguetes e outras ações militares, evidenciando a crescente intensificação do conflito e aumentando os temores de uma ampliação da guerra para além das fronteiras de Israel e do Líbano. **Relevância para o CACD:** O episódio permite analisar a crescente regionalização dos conflitos no Oriente Médio, o papel do Hezbollah como ator não estatal armado apoiado pelo Irã, os desafios à soberania do Estado libanês e os limites da capacidade de controle territorial de Beirute. Também oferece oportunidade para discutir a atuação da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), os conceitos de dissuasão e escalada militar, a dinâmica das guerras por procuração (proxy wars) e a inserção do confronto Israel-Hezbollah no contexto mais amplo da rivalidade estratégica entre Israel e Irã.

Além disso, o tema dialoga com debates sobre segurança coletiva, direito internacional, proteção de civis e estabilidade regional.

26 – 31 mai

Irã–EUA: impasse sobre cessar-fogo, Hormuz e programa nuclear. O governo iraniano acusou os Estados Unidos de comprometerem os esforços de estabilização regional ao realizarem novos ataques militares nas proximidades do Estreito de Hormuz, mesmo em um contexto de negociações voltadas à manutenção do cessar-fogo e à redução das tensões no Golfo Pérsico. Teerã afirmou que as ações norte-americanas enfraquecem a confiança necessária para a continuidade do diálogo diplomático. Paralelamente, Washington buscava avançar em um acordo mais amplo que incluísse garantias para a livre circulação de navios pelo Estreito de Hormuz — corredor por onde transita parcela significativa do petróleo comercializado mundialmente — e compromissos iranianos relacionados à limitação de seu programa nuclear. O episódio evidenciou a fragilidade dos entendimentos diplomáticos e a persistência da rivalidade estratégica entre os dois países, em um contexto marcado por preocupações com segurança marítima, estabilidade energética e proliferação nuclear.

Relevância para o CACD: A notícia permite explorar temas centrais da Política Internacional contemporânea, como a segurança energética global, a importância geoestratégica do Estreito de Hormuz, as disputas de poder no Golfo Pérsico e os impactos de conflitos regionais sobre os mercados internacionais de petróleo. Também favorece discussões sobre o regime internacional de não proliferação nuclear, as negociações envolvendo o programa nuclear iraniano, o papel da Agência Internacional de Energia Atômica, os efeitos das sanções econômicas como instrumento de política externa e o princípio da liberdade de navegação em rotas marítimas estratégicas. Além disso, o caso ilustra a interação entre diplomacia coercitiva, dissuasão militar e segurança internacional, temas recorrentes nas provas do CACD.

28 mai

Estudo alerta para risco de escalada nuclear em eventual conflito EUA–China por Taiwan. Um estudo divulgado às vésperas do Diálogo de Shangri-La, principal fórum de segurança da Ásia, alertou para os riscos de que um eventual conflito entre China e Estados Unidos em torno de Taiwan evolua para uma crise nuclear. Segundo a análise, a escalada poderia ocorrer não necessariamente por um ataque nuclear deliberado inicial, mas como consequência de operações convencionais contra centros de comando, controle, comunicações, inteligência e alerta estratégico (C4ISR). Como parte dessas estruturas é utilizada tanto para operações convencionais quanto para a gestão das forças nucleares, ataques destinados a neutralizar capacidades militares do adversário poderiam ser interpretados como uma ameaça à sua capacidade de retaliação nuclear. Nesse cenário, aumentariam os riscos de erros de cálculo, percepções equivocadas e decisões tomadas sob elevada pressão, elevando significativamente o potencial de escalada entre as duas maiores potências militares do mundo. **Relevância para o**

CACD: A notícia oferece excelente oportunidade para discutir conceitos fundamentais dos estudos estratégicos e da segurança internacional, como dissuasão nuclear, estabilidade estratégica, segundo ataque (*second-strike capability*) e vulnerabilidade dos sistemas de comando e controle. Também permite abordar os mecanismos de escalada horizontal e vertical dos conflitos, os riscos associados à integração entre capacidades convencionais e nucleares e os desafios da gestão de crises entre grandes potências. Além disso, o caso insere-se diretamente na rivalidade sino-americana e na questão de Taiwan, considerada por diversos analistas um dos principais potenciais pontos de ruptura da ordem internacional contemporânea. O tema dialoga ainda com debates sobre equilíbrio de poder, segurança no Indo-Pacífico, modernização dos arsenais nucleares e os limites da estabilidade baseada na dissuasão em um contexto de crescente competição estratégica entre Estados Unidos e China.

28 – 29 mai

Israel amplia controle militar em Gaza. O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, determinou a ampliação da presença militar israelense na Faixa de Gaza, com o objetivo de expandir o controle territorial exercido por Israel para aproximadamente 70% do enclave palestino. A decisão representa um avanço significativo em relação às áreas anteriormente previstas nos entendimentos de cessar-fogo e foi apresentada pelo governo israelense como parte da estratégia de neutralização das capacidades militares e administrativas do Hamas. O movimento foi duramente criticado pelo grupo palestino, que o classificou como uma escalada perigosa do conflito e uma violação dos esforços diplomáticos em curso. A medida também provocou preocupações internacionais quanto ao agravamento da crise humanitária, ao aumento dos deslocamentos populacionais e às dificuldades para a retomada de negociações de paz. **Relevância para o CACD:** A notícia permite abordar temas recorrentes em Política Internacional, como o conflito israelo-palestino, a ocupação de territórios, o direito internacional humanitário, a proteção de civis em conflitos armados, os desafios da implementação de cessares-fogo e o papel dos Estados Unidos como principal mediador externo. Também favorece discussões sobre segurança regional no Oriente Médio, deslocamentos forçados, atuação das Nações Unidas e os limites entre operações de contraterrorismo, soberania e responsabilidade internacional.

29 mai

Estoque de urânio enriquecido do Irã vira ponto central das negociações. A Reuters destacou que o estoque de urânio altamente enriquecido acumulado pelo Irã passou a constituir o principal instrumento de negociação de Teerã nas tratativas sobre seu programa nuclear. Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia Atômica, antes dos ataques e das recentes tensões regionais, o país possuía aproximadamente 440,9 kg de urânio enriquecido a 60% de pureza — nível significativamente superior ao limite de 3,67% estabelecido pelo Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA), embora ainda abaixo dos cerca de 90%

normalmente associados à produção de armas nucleares. A manutenção desse estoque confere ao Irã importante capacidade de pressão diplomática, uma vez que reduz o chamado *breakout time* — o tempo necessário para produzir material fissil suficiente para uma arma nuclear, caso essa decisão política fosse tomada. O tema tornou-se central nas negociações com as potências ocidentais, que buscam limitar o enriquecimento, ampliar mecanismos de verificação e restaurar garantias de natureza exclusivamente pacífica ao programa nuclear iraniano. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um tema clássico e recorrente nas provas de Política Internacional. A notícia permite discutir o funcionamento do regime internacional de não proliferação nuclear, especialmente o Tratado de Não Proliferação Nuclear, o sistema de salvaguardas da AIEA, os mecanismos de inspeção internacional e o conceito de *breakout time*. Também possibilita analisar estratégias de diplomacia coercitiva, o uso de sanções econômicas como instrumento de pressão internacional, os desafios da segurança coletiva diante da proliferação nuclear e as tensões entre o direito ao uso pacífico da energia nuclear e as preocupações com a militarização de programas nucleares. Além disso, o caso ilustra a crescente importância da questão nuclear na rivalidade entre Irã, Estados Unidos, Israel e as potências europeias, bem como seus impactos para a estabilidade do Oriente Médio e da ordem internacional.

30 – 31 mai

China e Filipinas elevam tensão em Scarborough Shoal. O ministro da Defesa das Filipinas afirmou que o país continua enfrentando ameaças à sua soberania e segurança provenientes das ações chinesas no Mar do Sul da China, especialmente em áreas marítimas reivindicadas por Manila. Pouco depois das declarações, a China realizou novas patrulhas navais e aéreas nas proximidades de Scarborough Shoal (Bajo de Masinloc para os filipinos e Huangyan Dao para os chineses), um dos principais pontos de disputa entre os dois países. Pequim sustenta reivindicações históricas sobre a área, enquanto as Filipinas argumentam que o recife está localizado dentro de sua Zona Econômica Exclusiva. As patrulhas ocorreram em um contexto de crescente presença militar chinesa na região, de fortalecimento da cooperação em defesa entre Filipinas e Estados Unidos e de sucessivos incidentes envolvendo embarcações da guarda costeira dos dois países. **Relevância para o CACD:** O episódio permite discutir alguns dos temas mais recorrentes da Política Internacional contemporânea e frequentemente explorados no CACD, como a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, os limites das reivindicações marítimas chinesas e a sentença arbitral de 2016, que rejeitou a validade jurídica da chamada "linha de nove traços" defendida por Pequim. Também possibilita analisar o princípio da liberdade de navegação, a crescente militarização do Indo-Pacífico, a política de contenção da China por parte dos Estados Unidos e o fortalecimento das alianças de segurança norte-americanas na Ásia. Além disso, o caso é relevante para compreender a disputa entre poder e direito internacional, a competição estratégica sino-americana e os desafios à governança dos espaços marítimos em

uma das regiões mais sensíveis do sistema internacional contemporâneo.

31 mai

Shangri-La Dialogue expõe cobrança dos EUA por mais gastos de defesa. Durante o Diálogo de Shangri-La, principal fórum de segurança da Ásia realizado anualmente em Singapura, autoridades norte-americanas defenderam um aumento dos investimentos militares por parte dos aliados europeus, argumentando que a deterioração do ambiente internacional exige maior compartilhamento dos custos de defesa coletiva. Ao mesmo tempo, Washington elogiou o fortalecimento da cooperação estratégica com parceiros asiáticos, como Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Austrália, ressaltando a importância dessas alianças para a manutenção da estabilidade regional. As declarações ocorreram em meio ao aumento das tensões entre Estados Unidos e China, especialmente em torno de Taiwan e do Mar do Sul da China, e refletiram a estratégia norte-americana de reforçar simultaneamente seus compromissos de segurança na Europa e no Indo-Pacífico.

Relevância para o CACD: A notícia permite discutir o conceito de *burden-sharing* (compartilhamento de encargos) no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte, tema recorrente desde o fim da Guerra Fria e intensificado nos últimos anos. Também favorece análises sobre a crescente centralidade do Indo-Pacífico na estratégia global dos Estados Unidos, o fortalecimento das alianças militares norte-americanas na Ásia e a adaptação da arquitetura de segurança internacional diante da ascensão chinesa. Além disso, o episódio ilustra a reconfiguração das prioridades estratégicas das grandes potências, a interconexão entre os teatros europeu e asiático de segurança e os desafios enfrentados pelos Estados Unidos para conciliar a contenção da Rússia na Europa com a competição de longo prazo contra a China. Trata-se de tema particularmente relevante para compreender as transformações contemporâneas da ordem internacional e os novos arranjos de poder no século XXI.

MEIO AMBIENTE E ENERGIA

12 mai

UNEP alerta que demanda global por areia ameaça ecossistemas. Relatório divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP) alertou que a demanda global por areia está crescendo em ritmo superior à capacidade de reposição natural dos ecossistemas. Utilizada em larga escala na construção civil, na produção de concreto, vidro, infraestrutura urbana e processos industriais, a areia é atualmente um dos recursos naturais mais explorados do planeta, atrás apenas da água. Segundo o documento, a extração excessiva e frequentemente pouco regulada vem provocando erosão costeira, degradação de rios, perda de biodiversidade e alterações em ecossistemas aquáticos e litorâneos. O relatório defende a adoção de práticas mais sustentáveis de gestão do recurso, incluindo reciclagem de materiais, economia circular e maior planejamento urbano.

Relevância para o CACD: Embora menos presente no

debate público do que temas como carbono ou combustíveis fósseis, a questão da arcaia insere-se em discussões cada vez mais relevantes sobre governança global de recursos naturais, sustentabilidade e impactos ambientais das cadeias produtivas. A notícia permite relacionar crescimento urbano, infraestrutura, consumo de recursos e degradação ambiental, evidenciando os desafios de compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação dos ecossistemas. O tema também dialoga com conceitos de economia circular, uso eficiente de recursos, segurança ambiental e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Além disso, ilustra como recursos aparentemente abundantes podem se tornar objeto de preocupação internacional, ampliando os debates sobre gestão sustentável de matérias-primas estratégicas em um contexto de urbanização acelerada, transição energética e aumento da demanda global por infraestrutura.

13 mai

Conferência de Santa Marta avança discussão sobre saída dos combustíveis fósseis. A Conferência de Santa Marta, realizada na Colômbia sob liderança conjunta dos governos colombiano e neerlandês, reuniu representantes de 57 países para aprofundar as discussões sobre a transição global para além dos combustíveis fósseis. O encontro teve como objetivo incentivar a elaboração de roteiros nacionais voltados à redução gradual da dependência de carvão, petróleo e gás natural, em consonância com os compromissos assumidos nas negociações climáticas internacionais. Os participantes discutiram estratégias para acelerar a expansão das energias renováveis, ampliar investimentos em infraestrutura limpa e garantir que o processo de transição ocorra de forma socialmente justa e economicamente viável, especialmente para países cuja economia ainda depende fortemente da produção ou exportação de hidrocarbonetos. **Relevância para o CACD:** A notícia representa um desdobramento direto dos debates iniciados na COP28, em Dubai, quando pela primeira vez um documento final de uma Conferência das Partes reconheceu a necessidade de uma transição para longe dos combustíveis fósseis. O tema é central para compreender a evolução da governança climática internacional, os desafios da transição energética e as disputas entre países produtores e consumidores de energia. Também evidencia o crescente protagonismo da América Latina na agenda climática global, particularmente por meio da atuação da Colômbia, que busca projetar liderança diplomática em temas ambientais. A discussão permite abordar conceitos como descarbonização, segurança energética, justiça climática, financiamento da transição e desenvolvimento sustentável, além de analisar as diferentes posições de países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto ao ritmo e aos custos da transformação dos sistemas energéticos globais. Trata-se de um tema com grande potencial de cobrança no CACD por articular política

internacional, economia, meio ambiente e energia em um dos principais debates estratégicos do século XXI.

18 mai

Lula defende exploração da Margem Equatorial “com responsabilidade”. Durante visita à Refinaria de Paulínia (Replan), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender a realização de pesquisas e a eventual exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira, região que se estende do Amapá ao Rio Grande do Norte. Lula argumentou que o país não pode abrir mão de conhecer e utilizar seus recursos energéticos, desde que a atividade ocorra dentro dos parâmetros legais e com rigorosos critérios de proteção ambiental. O governo sustenta que a exploração pode contribuir para a segurança energética, a geração de receitas públicas e o financiamento da própria transição para fontes renováveis, enquanto setores ambientalistas alertam para os riscos ecológicos associados à atividade em uma área de elevada sensibilidade ambiental. **Relevância para o CACD:** A notícia sintetiza um dos principais dilemas da política energética contemporânea: a conciliação entre exploração de combustíveis fósseis e compromissos climáticos. O tema permite discutir segurança energética, soberania sobre recursos naturais, desenvolvimento econômico, licenciamento ambiental e transição energética. Também é especialmente relevante para compreender os desafios da política climática brasileira no contexto internacional, uma vez que o Brasil busca simultaneamente ampliar seu protagonismo nas negociações ambientais, sobretudo às vésperas da COP30, e manter a exploração de hidrocarbonetos como componente estratégico de sua matriz econômica. A questão possibilita ainda relacionar debates sobre Amazônia, governança ambiental, financiamento da transição energética, justiça climática e as diferentes posições de países produtores de petróleo diante dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris.

19 mai

Brasil propõe implementação em três fases do mercado regulado de carbono. O Ministério da Fazenda apresentou uma proposta preliminar para a implementação gradual do mercado regulado de carbono brasileiro. O plano prevê que, a partir de 2027, setores econômicos selecionados passem a cumprir obrigações de monitoramento, relato e verificação (MRV) de emissões de gases de efeito estufa, etapa considerada fundamental para a consolidação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões. A proposta estabelece uma fase inicial de adaptação institucional e regulatória, destinada a criar as bases técnicas para a futura imposição de metas de redução e para a negociação de créditos de carbono entre empresas. **Relevância para o CACD:** A notícia dialoga com temas centrais da agenda contemporânea de Política Internacional e Economia, como governança climática, precificação de carbono, mercados de emissões, desenvolvimento sustentável e financiamento da transição energética. Também é particularmente relevante por evidenciar os preparativos do Brasil para o período pós-COP30, reforçando o papel do país nas negociações climáticas internacionais e na implementação de

instrumentos econômicos voltados à mitigação das mudanças climáticas. O tema permite articulações com o Acordo de Paris, o debate sobre responsabilidades comuns porém diferenciadas, comércio e meio ambiente, competitividade internacional e mecanismos de ajuste de carbono adotados por parceiros comerciais, especialmente a União Europeia.

21 mai

Países desenvolvidos atingem recorde de US\$ 136,7 bilhões em financiamento climático em 2024. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) informou que os países desenvolvidos mobilizaram US\$ 136,7 bilhões em financiamento climático para países em desenvolvimento em 2024, superando pelo terceiro ano consecutivo a meta anual de US\$ 100 bilhões originalmente estabelecida nas negociações climáticas internacionais. Os recursos incluem financiamentos públicos e privados destinados a projetos de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, adaptação aos impactos das mudanças climáticas e fortalecimento da resiliência de comunidades vulneráveis. Apesar do avanço quantitativo, persistem debates sobre a qualidade dos recursos mobilizados, a proporção de empréstimos em relação a doações e a distribuição entre projetos de mitigação e adaptação. **Relevância para o CACD:** A notícia aborda um dos temas mais sensíveis e recorrentes das negociações climáticas internacionais: o financiamento climático. O assunto está diretamente relacionado ao princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, consagrado na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), segundo o qual os países desenvolvidos devem assumir maior responsabilidade no apoio financeiro e tecnológico aos países em desenvolvimento. O tema também permite discutir justiça climática, transferência de recursos, adaptação, mitigação e os mecanismos de implementação do Acordo de Paris. Além disso, evidencia as persistentes divergências entre Norte e Sul Global quanto ao volume, à previsibilidade e à natureza dos recursos disponibilizados, debate que continuará central nas COPs e nas negociações sobre perdas e danos, transição energética e desenvolvimento sustentável. Para o Brasil e outros países em desenvolvimento, a questão possui relevância estratégica por envolver o acesso a recursos necessários para cumprir metas climáticas sem comprometer objetivos de crescimento econômico e redução das desigualdades.

27 mai

Brasil anuncia investimento de US\$ 75 milhões na BR-319, no coração da Amazônia. O governo brasileiro anunciou novos investimentos para a recuperação e pavimentação de trechos da BR-319, rodovia que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO), juntamente com um conjunto de medidas voltadas ao monitoramento ambiental e ao combate a atividades ilegais na região. O projeto foi apresentado como parte de uma estratégia de integração logística da Amazônia e de promoção do desenvolvimento econômico regional. Entretanto, organizações ambientalistas, pesquisadores e lideranças indígenas manifestaram preocupação com os potenciais impactos da obra, argumentando

que a melhoria da infraestrutura viária pode estimular a expansão do desmatamento, da grilagem de terras e da ocupação irregular em áreas de floresta. Também foram levantadas críticas relacionadas à consulta prévia de comunidades indígenas e aos possíveis efeitos da obra sobre as metas climáticas assumidas pelo Brasil.

Relevância para o CACD: A notícia reúne diversos temas centrais da agenda internacional contemporânea e da política brasileira para a Amazônia. O caso permite discutir os desafios de conciliar desenvolvimento regional, integração territorial e preservação ambiental em uma das áreas mais estratégicas do planeta. Também envolve debates sobre direitos dos povos indígenas, consulta prévia prevista na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), governança ambiental, combate ao desmatamento e compromissos climáticos internacionais. Além disso, a BR-319 tornou-se um símbolo das tensões entre crescimento econômico e conservação ambiental, tema recorrente nas negociações climáticas globais e particularmente relevante para a imagem internacional do Brasil às vésperas da COP30. A questão ainda possibilita reflexões sobre soberania amazônica, financiamento climático, desenvolvimento sustentável e o papel da Amazônia na regulação do clima global.

27 mai

Seis países da UE resistem à redução de permissões gratuitas de carbono para a indústria pesada. República Tcheca, Bulgária, Polônia, Romênia, Grécia e Eslováquia manifestaram preocupação com os impactos econômicos da redução gradual das permissões gratuitas de emissão de carbono concedidas a setores industriais intensivos em energia dentro do Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS). Esses países argumentam que a retirada acelerada dos mecanismos de proteção pode elevar significativamente os custos de produção, reduzir a competitividade de suas indústrias e provocar deslocamento de investimentos para regiões com regulamentações ambientais menos rigorosas. A discussão ocorre paralelamente à implementação do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), concebido justamente para reduzir os riscos de fuga de carbono e preservar a competitividade da indústria europeia.

Relevância para o CACD: A notícia é particularmente importante para compreender os desafios econômicos e políticos da transição energética em economias industrializadas. O caso evidencia as tensões entre metas climáticas ambiciosas e a necessidade de preservar empregos, competitividade industrial e coesão econômica dentro da União Europeia. O debate permite explorar temas como o Sistema Europeu de Comércio de Emissões (EU ETS), o conceito de transição justa, a chamada "fuga de carbono" (carbon leakage), o risco de desindustrialização e os efeitos distributivos das políticas climáticas. Também possui relevância crescente para o Brasil e outros países exportadores devido ao avanço do Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM), instrumento que poderá afetar fluxos comerciais internacionais e ampliar discussões sobre protecionismo verde,

comércio e meio ambiente, competitividade internacional e governança climática global.

27 mai

China é acusada de alterar métrica que reduziu crescimento reportado de emissões. Um relatório elaborado por pesquisadores independentes apontou que alterações metodológicas introduzidas pela China em seus sistemas de contabilização de emissões de gases de efeito estufa teriam reduzido significativamente o crescimento oficialmente reportado das emissões do país entre 2020 e 2025. Segundo a análise, as mudanças nos critérios estatísticos e nos fatores de conversão utilizados para calcular as emissões associadas ao consumo de combustíveis fósseis resultaram em uma redução substancial da taxa de crescimento divulgada, sem que necessariamente houvesse uma diminuição proporcional das emissões efetivamente geradas. O episódio reacendeu debates sobre a transparência dos inventários nacionais de emissões e sobre a comparabilidade dos dados climáticos apresentados pelos diferentes países no âmbito das negociações internacionais. **Relevância para o CACD:** A notícia aborda uma questão central da governança climática contemporânea: a credibilidade dos sistemas de monitoramento, relato e verificação (MRV) das emissões de gases de efeito estufa. O tema possui grande relevância em razão do papel estratégico da China, atualmente o maior emissor mundial de dióxido de carbono e um dos principais atores das negociações climáticas internacionais. A discussão permite explorar os desafios relacionados à transparência, à padronização metodológica e à confiabilidade dos dados utilizados para avaliar o cumprimento das metas climáticas nacionais. Além disso, evidencia a importância dos mecanismos de prestação de contas previstos no Acordo de Paris e o impacto que eventuais divergências estatísticas podem exercer sobre a confiança entre os Estados, elemento essencial para o funcionamento do regime climático internacional. O caso também possibilita analisar as relações entre ciência, política e diplomacia climática, bem como as disputas geopolíticas associadas à liderança global na agenda ambiental.

28 mai

WMO alerta que temperaturas globais devem permanecer próximas de recordes até 2030. A Organização Meteorológica Mundial (OMM/WMO) divulgou atualização climática indicando elevada probabilidade de que o período entre 2026 e 2030 seja marcado por temperaturas globais próximas ou superiores aos recordes históricos observados nos últimos anos. O relatório aponta que o aquecimento continuará acima dos níveis pré-industriais estabelecidos como referência pelo Acordo de Paris, com destaque para o Ártico, região onde as temperaturas deverão aumentar em ritmo significativamente superior à média global. A organização também alertou para a maior frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, incluindo ondas de calor, secas, enchentes e alterações nos regimes de precipitação, fenômenos com potencial de afetar ecossistemas, atividades econômicas e populações vulneráveis em diversas partes do mundo. **Relevância**

para o CACD: A notícia fornece importante base científica para compreender os debates contemporâneos sobre mudanças climáticas e as negociações internacionais conduzidas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). O tema está diretamente relacionado aos compromissos assumidos pelos Estados no Acordo de Paris, às discussões sobre mitigação de emissões e adaptação climática, bem como aos desafios associados à segurança alimentar, hídrica e energética. O relatório também reforça a centralidade dos eventos climáticos extremos na agenda internacional, ampliando a relevância de temas como financiamento climático, perdas e danos, justiça climática e cooperação internacional. Para o Brasil, a questão possui especial importância devido aos impactos potenciais sobre a Amazônia, a agricultura, a produção de energia hidrelétrica e a preparação para a COP30, que deverá intensificar os debates sobre a implementação dos compromissos climáticos globais.

28 mai

UE planeja flexibilizar punições a empresas de petróleo e gás por violações da lei de metano. A Comissão Europeia avaliou recomendar uma flexibilização temporária da aplicação da legislação europeia de controle de emissões de metano no setor de petróleo e gás, prevendo a suspensão de penalidades por até três anos para empresas que eventualmente descumprissem determinadas exigências regulatórias. A proposta surgiu em um contexto de preocupações persistentes com a segurança energética do continente após a redução da dependência do gás russo e a necessidade de garantir o abastecimento por meio de novos fornecedores internacionais. Embora a União Europeia mantenha metas ambiciosas de redução de emissões e liderança na agenda climática global, a iniciativa evidenciou as dificuldades práticas de conciliar objetivos ambientais rigorosos com imperativos energéticos e econômicos em um cenário internacional marcado por instabilidade geopolítica. **Relevância para o CACD:** A notícia ilustra de forma clara as tensões entre segurança energética, competitividade econômica e compromissos climáticos, tema cada vez mais presente nos debates internacionais. O caso permite analisar como conflitos geopolíticos, especialmente aqueles relacionados à guerra na Ucrânia e à reorganização dos fluxos energéticos globais, influenciam a implementação de políticas ambientais. Também oferece subsídios para discutir o papel do metano no aquecimento global, a governança climática da União Europeia, os desafios da transição energética e os limites da chamada “liderança climática” europeia diante de pressões econômicas e estratégicas. Além disso, a questão dialoga com debates sobre autonomia estratégica europeia, regulação ambiental, segurança de suprimentos e os impactos da transição energética sobre a competitividade industrial em economias avançadas.

DIREITOS HUMANOS, SAÚDE E AFINS

1 mai

OMS adia implementação do acordo global sobre pandemias. A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o adiamento da

implementação do novo acordo global sobre pandemias em razão da ausência de consenso entre os Estados-membros acerca de temas considerados centrais para a governança sanitária internacional. As divergências concentram-se especialmente nas regras de compartilhamento de amostras de patógenos e dados genéticos, bem como nos mecanismos destinados a assegurar acesso equitativo a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outras tecnologias médicas em situações de emergência sanitária. Países em desenvolvimento argumentam que não devem compartilhar recursos biológicos sem garantias concretas de acesso aos benefícios resultantes, enquanto países desenvolvidos e a indústria farmacêutica defendem modelos mais flexíveis de cooperação. O impasse evidencia as dificuldades de construção de um regime internacional capaz de responder de forma coordenada a futuras pandemias. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema de altíssima relevância, pois envolve questões centrais da governança global da saúde, da cooperação internacional e das assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. O debate remete às controvérsias observadas durante a pandemia de Covid-19 sobre distribuição de vacinas, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e financiamento da saúde global. Também permite discutir o conceito de bens públicos globais, os desafios do multilateralismo contemporâneo, o papel da OMS como organismo normativo e as demandas do Sul Global por maior equidade na arquitetura internacional de saúde. O assunto dialoga diretamente com temas recorrentes de Política Internacional, Direito Internacional e Organizações Internacionais no CACD.

2 mai

Zâmbia cancela conferência global de direitos humanos e tecnologia. O governo da Zâmbia cancelou, poucos dias antes de sua realização, a edição de 2026 da RightsCon, considerada uma das principais conferências globais dedicadas a direitos humanos e tecnologia digital. As autoridades justificaram a decisão afirmando que determinados temas e abordagens previstos para o evento não estariam alinhados aos “valores nacionais” do país. A medida gerou críticas de organizações da sociedade civil, entidades internacionais e defensores dos direitos digitais, que apontaram preocupações com restrições à liberdade de reunião, à liberdade de expressão e ao debate público sobre temas relacionados a governança da internet, proteção de dados, inclusão digital e direitos humanos. O episódio reacendeu discussões sobre os limites da intervenção estatal em eventos internacionais e sobre o papel dos governos na regulação de espaços de debate transnacional. **Relevância para o CACD:** Embora menos central do que temas ligados a conflitos armados ou crises humanitárias, o caso possui relevância crescente na agenda internacional contemporânea. A notícia permite discutir a relação entre soberania estatal e universalidade dos direitos humanos, especialmente no contexto das liberdades civis e políticas garantidas por instrumentos internacionais. Também oferece subsídios para reflexões sobre direitos digitais, governança da internet, regulação de plataformas e proteção das liberdades fundamentais no ambiente tecnológico. O episódio evidencia ainda

as tensões entre argumentos baseados em valores culturais ou nacionais e os princípios universais de direitos humanos defendidos por organismos internacionais e organizações da sociedade civil. Trata-se de tema que dialoga com debates atuais sobre democracia digital, espaço cívico, governança global da tecnologia e o papel dos Estados na definição dos limites da atuação de atores transnacionais.

9 mai

Surto de hantavírus em cruzeiro mobiliza OMS. A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou a ocorrência de oito casos associados a um cruzeiro internacional, dos quais seis foram confirmados como infecções pelo vírus Andes, uma variante do hantavírus encontrada principalmente na América do Sul. O episódio resultou em três mortes e mobilizou autoridades sanitárias de diferentes países para rastrear contatos e monitorar possíveis cadeias de transmissão. O vírus Andes é particularmente relevante por apresentar potencial de transmissão entre seres humanos, característica incomum entre os hantavírus. A ocorrência em um navio de cruzeiro — ambiente marcado por alta circulação de pessoas de diferentes nacionalidades em espaços compartilhados — levou ao reforço das medidas de vigilância epidemiológica e de cooperação entre sistemas nacionais de saúde. **Relevância para o CACD:** O caso é relevante por ilustrar os desafios contemporâneos da segurança sanitária internacional em um contexto de intensa mobilidade global. A notícia permite discutir mecanismos de vigilância epidemiológica transnacional, protocolos de monitoramento de passageiros, rastreamento de contatos e medidas de contenção em meios de transporte internacionais. Também oferece subsídios para reflexões sobre quarentenas, coordenação entre autoridades sanitárias nacionais, papel da OMS na comunicação de riscos e fortalecimento do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O tema dialoga ainda com debates sobre governança global da saúde, prevenção de emergências sanitárias e impactos das doenças infecciosas sobre turismo, comércio e circulação internacional de pessoas.

11 mai

ONU alerta para quase 900 civis mortos por drones no Sudão. A Organização das Nações Unidas (ONU) informou que ataques realizados com drones no Sudão provocaram a morte de aproximadamente 900 civis entre janeiro e abril de 2026, evidenciando uma nova escalada da guerra civil que opõe as Forças Armadas Sudanesas (SAF) e as Forças de Apoio Rápido (RSF). O uso crescente de drones ampliou a capacidade de ataque das partes em conflito, atingindo áreas urbanas, infraestruturas civis e regiões já afetadas por deslocamentos populacionais e insegurança alimentar. A ONU alertou para o agravamento da crise humanitária, marcada pelo aumento do número de mortos, feridos e deslocados internos, além das dificuldades enfrentadas por organizações humanitárias para acessar populações vulneráveis. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema de altíssima relevância por reunir diversos eixos frequentemente explorados em provas de Política Internacional e Direito Internacional. O caso

permite discutir a aplicação do Direito Internacional Humanitário (DIH) em conflitos armados não internacionais, especialmente os princípios da distinção entre combatentes e civis, da proporcionalidade e da proteção da população civil. A notícia também evidencia os desafios trazidos pela incorporação de novas tecnologias militares, como drones armados, aos conflitos contemporâneos. Além disso, oferece importante exemplo da relação entre guerra, deslocamentos forçados, crise humanitária e insegurança alimentar, fenômenos que têm marcado diversos conflitos do século XXI. O Sudão tornou-se um dos principais casos atuais para compreender a interação entre fragilidade estatal, violência armada, atuação das Nações Unidas e proteção internacional dos direitos humanos.

13 mai

OMS publica Estatísticas Mundiais de Saúde 2026. A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou a edição de 2026 das Estatísticas Mundiais de Saúde, apontando avanços importantes, porém insuficientes, no enfrentamento de algumas das principais doenças infecciosas do planeta. Segundo o relatório, as mortes relacionadas ao HIV/AIDS diminuíram cerca de 40% desde 2010, enquanto os óbitos por tuberculose recuaram aproximadamente 12% desde 2015. Em contrapartida, os casos e mortes associados à malária apresentaram crescimento superior a 8% na última década, especialmente em países de baixa renda e regiões afetadas por conflitos, pobreza e fragilidade institucional. A OMS destacou que os impactos da pandemia de Covid-19 sobre os sistemas de saúde, somados às desigualdades no acesso a financiamento, medicamentos e serviços de prevenção, continuam dificultando o alcance das metas internacionais de saúde.

Relevância para o CACD: O tema é altamente relevante por permitir analisar a saúde global como componente central da agenda internacional contemporânea. A notícia dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 3, voltado à promoção da saúde e do bem-estar. Também evidencia as persistentes desigualdades sanitárias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, demonstrando como fatores socioeconômicos, conflitos armados e limitações institucionais influenciam os resultados em saúde pública. Além disso, o relatório oferece subsídios para discutir os efeitos duradouros da pandemia de Covid-19 sobre programas de prevenção, diagnóstico e tratamento de outras doenças, bem como o papel de organismos internacionais, da cooperação internacional e do financiamento global da saúde na redução das vulnerabilidades sanitárias. Trata-se de um excelente exemplo da crescente intersecção entre desenvolvimento, segurança humana e governança global.

15 mai

Ministros europeus reinterpretem direitos de migrantes. Ministros de diversos países europeus aprovaram uma nova interpretação da Convenção Europeia de Direitos Humanos que amplia a margem de atuação dos Estados na gestão dos fluxos migratórios irregulares. A medida poderá facilitar a implementação

de políticas de deportação de migrantes e requerentes de asilo, bem como o estabelecimento de “centros de retorno” em países terceiros, onde indivíduos aguardariam a análise de seus casos ou a efetivação de sua remoção. Os defensores da iniciativa argumentam que ela busca responder ao aumento das pressões migratórias sobre a Europa e fortalecer a capacidade dos governos de controlar suas fronteiras. Organizações de direitos humanos, contudo, alertaram para o risco de enfraquecimento das garantias jurídicas asseguradas pelo sistema europeu de proteção dos direitos fundamentais, especialmente no que diz respeito ao princípio da não devolução (*non-refoulement*) e ao acesso ao devido processo legal. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um tema de altíssima relevância, pois reúne alguns dos principais debates contemporâneos sobre migrações internacionais, refúgio e direitos humanos. A notícia permite discutir a tensão permanente entre soberania estatal e proteção internacional de indivíduos vulneráveis, além de abordar o funcionamento do sistema europeu de direitos humanos e o papel da Convenção Europeia de Direitos Humanos na limitação da atuação dos Estados. O caso também ilustra o fortalecimento de agendas políticas associadas ao controle migratório e ao crescimento de movimentos nacionalistas e populistas em diversos países europeus. Ademais, oferece excelente oportunidade para analisar conceitos centrais do Direito Internacional dos Refugiados, como proteção internacional, responsabilidade compartilhada, externalização do controle de fronteiras e o princípio da não devolução, frequentemente mobilizados em provas de Política Internacional e Direito Internacional no CACD.

16 mai

Especialistas pedem que crise climática seja emergência global de saúde. Uma comissão internacional de especialistas em saúde pública, mudanças climáticas e políticas globais defendeu que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheça formalmente a crise climática como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC, na sigla em inglês). Segundo os pesquisadores, os impactos do aquecimento global já produzem consequências sanitárias de grande escala, incluindo aumento da mortalidade associada a ondas de calor, expansão geográfica de doenças transmitidas por vetores, agravamento da insegurança alimentar, deterioração da qualidade do ar e intensificação de eventos climáticos extremos. Os especialistas argumentam que uma declaração formal da OMS contribuiria para mobilizar recursos financeiros, fortalecer mecanismos de cooperação internacional e coordenar respostas globais mais eficazes diante dos riscos crescentes à saúde humana. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um tema de altíssima relevância por exemplificar a crescente convergência entre as agendas de meio ambiente, saúde global e direitos humanos. A proposta reforça a ideia de que as mudanças climáticas deixaram de ser apenas uma questão ambiental para se tornarem um desafio multidimensional que afeta diretamente a segurança humana, o desenvolvimento econômico e a estabilidade social. A notícia permite discutir conceitos centrais como justiça climática, responsabilidades comuns porém diferenciadas,

adaptação e financiamento climático, além do papel das organizações internacionais na coordenação de respostas a desafios transnacionais. Também oferece importante oportunidade para analisar o impacto desproporcional das mudanças climáticas sobre populações vulneráveis e países em desenvolvimento, tema cada vez mais presente nos debates multilaterais e nas negociações climáticas internacionais. Para o CACD, o assunto dialoga diretamente com temas de Política Internacional, Direito Internacional, Organizações Internacionais e governança ambiental global.

27 – 28 mai

Ebola na RDC leva OMS a pedir cessar-fogo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) solicitou um cessar-fogo imediato no leste da República Democrática do Congo (RDC) diante do agravamento de um surto de Ebola na região. Segundo a organização, a intensificação dos confrontos armados entre forças governamentais e grupos rebeldes tem comprometido gravemente as ações de vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos, vacinação e atendimento médico. A violência contínua dificulta o acesso das equipes de saúde às áreas afetadas, enquanto deslocamentos populacionais em larga escala aumentam o risco de disseminação da doença. Além disso, problemas logísticos, destruição de infraestrutura e escassez de insumos médicos têm limitado a capacidade de resposta das autoridades sanitárias e das organizações humanitárias presentes no terreno. **Relevância para o CACD:** O caso constitui um excelente exemplo da crescente interdependência entre saúde global, segurança internacional e ação humanitária. A notícia permite analisar o conceito de segurança humana, que amplia a noção tradicional de segurança ao incorporar ameaças relacionadas à saúde, à fome e ao deslocamento forçado. Também oferece subsídios para compreender os desafios enfrentados por organismos internacionais em contextos de conflito armado, nos quais a prestação de assistência humanitária e sanitária depende frequentemente de acordos de cessar-fogo e garantias mínimas de acesso. O episódio insere-se ainda no contexto mais amplo da instabilidade da região dos Grandes Lagos africanos, marcada por conflitos armados, deslocamentos populacionais e disputas por recursos minerais estratégicos. Para o CACD, o tema permite articular discussões sobre governança global da saúde, atuação da OMS, operações humanitárias, construção da paz e os impactos dos conflitos sobre o desenvolvimento e os direitos humanos.

29 mai

ONU inclui Israel e Rússia em lista sobre violência sexual em conflitos. O relatório anual das Nações Unidas sobre violência sexual relacionada a conflitos armados incluiu Israel e Rússia na lista de partes suspeitas de envolvimento em violações dessa natureza. As referências dizem respeito a alegações vinculadas à guerra na Faixa de Gaza e ao conflito entre Rússia e Ucrânia. O documento reúne informações coletadas por mecanismos internacionais de monitoramento e busca identificar padrões de violência sexual cometida em contextos de guerra, ocupação ou

conflito armado. A inclusão na lista não representa uma condenação judicial, mas sinaliza preocupações da ONU quanto à necessidade de investigação independente, responsabilização dos autores e adoção de medidas para prevenir novas violações. O relatório também reforça o entendimento de que a violência sexual em conflitos continua sendo utilizada como instrumento de intimidação, coerção, punição e desestabilização de comunidades civis. **Relevância para o CACD:** Trata-se de tema de altíssima relevância por envolver questões centrais do Direito Internacional Humanitário (DIH), do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos mecanismos internacionais de responsabilização. A notícia permite discutir a proteção de civis em conflitos armados, a proibição da violência sexual como método de guerra e a caracterização de determinadas condutas como crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou, em circunstâncias específicas, atos constitutivos de genocídio. O caso também evidencia o papel das Nações Unidas na documentação de violações, no monitoramento de conflitos e na promoção de mecanismos de *accountability* internacional. Além disso, oferece uma oportunidade para analisar os desafios políticos e jurídicos relacionados à investigação de crimes em conflitos contemporâneos, especialmente quando envolvem Estados de grande relevância estratégica. O tema dialoga diretamente com debates recorrentes no CACD sobre proteção internacional da pessoa humana, justiça internacional, tribunais internacionais e a evolução das normas humanitárias no século XXI.

29 mai

Brasil regulamenta pensão para órfãos de vítimas de feminicídio. Entrou em vigor no Brasil a regulamentação que garante pensão especial aos filhos e demais dependentes menores de idade de mulheres vítimas de feminicídio. O benefício, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), corresponde a um salário mínimo mensal e destina-se a dependentes que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e atendam aos critérios estabelecidos pela legislação. A medida busca oferecer proteção social imediata às crianças e adolescentes que perderam suas responsáveis em decorrência da violência de gênero, reconhecendo os impactos econômicos e sociais duradouros provocados pelo feminicídio. A política integra um conjunto mais amplo de ações voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres e à proteção das vítimas indiretas desse tipo de crime. **Relevância para o CACD:** A notícia é relevante por ilustrar a crescente incorporação da perspectiva de gênero às políticas públicas e aos mecanismos de proteção social no Brasil. O tema permite discutir a violência contra a mulher como questão de direitos humanos, bem como as obrigações positivas do Estado de prevenir, punir e reparar violações que afetam grupos vulneráveis. Também oferece um exemplo concreto da aplicação de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em instrumentos como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção de Belém do Pará. Além disso, a medida permite refletir

sobre a relação entre direitos humanos, proteção social, combate às desigualdades e políticas públicas voltadas à reparação dos efeitos da violência de gênero. Para o CACD, o caso dialoga com debates sobre direitos humanos no Brasil, proteção de grupos vulneráveis, políticas sociais e a internalização de normas internacionais de direitos humanos.

ECONOMIA

1 mai

Acordo Mercosul-União Europeia entra em aplicação provisória. O acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia entrou em fase de aplicação provisória em seus capítulos comerciais, após a conclusão das etapas de ratificação necessárias no âmbito do Mercosul. A medida marca um avanço histórico em um processo negociador iniciado ainda na década de 1990 e que enfrentou sucessivos entraves relacionados a questões ambientais, agrícolas e regulatórias. A Comissão Europeia destacou que os efeitos econômicos do acordo tendem a ser graduais, mas apontou potencial para ampliar o fluxo de comércio, reduzir barreiras tarifárias e fortalecer os investimentos entre os dois blocos. O acordo cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, abrangendo cerca de 720 milhões de habitantes e aproximadamente um quarto do PIB global. **Relevância para o CACD:** O tema dialoga diretamente com diversos conteúdos do programa de Economia e Política Internacional. Permite discutir os fundamentos do livre comércio e dos acordos preferenciais, os impactos econômicos da integração regional, a estratégia de inserção internacional do Brasil e do Mercosul, bem como as tensões entre liberalização comercial e proteção de setores sensíveis, especialmente a agricultura europeia. Também oferece excelente oportunidade para analisar o chamado "protecionismo verde", as exigências ambientais da União Europeia, a relação entre comércio e sustentabilidade, além do contexto geopolítico de diversificação de parceiros econômicos em meio à rivalidade sino-americana. Trata-se de um dos acontecimentos econômicos internacionais mais relevantes para candidatos ao CACD em 2026.

6 mai

G7 discute minerais críticos e tensões tarifárias. Ministros de Comércio dos países do G7 reuniram-se em Paris para discutir medidas destinadas a fortalecer a segurança das cadeias globais de suprimento de minerais críticos, insumos considerados estratégicos para setores como semicondutores, baterias, veículos elétricos, energias renováveis e defesa. A reunião ocorreu em um contexto de crescente preocupação com a elevada concentração da produção e do processamento desses minerais na China, que ocupa posição dominante em diversas etapas da cadeia. Paralelamente, os participantes debateram o aumento das tensões comerciais entre Estados Unidos e União Europeia, especialmente em torno de subsídios industriais, políticas de reindustrialização e medidas tarifárias. O encontro refletiu a busca das economias avançadas por

maior diversificação de fornecedores e redução de vulnerabilidades estratégicas em setores considerados essenciais para a competitividade econômica e a segurança nacional. **Relevância para o CACD:** O tema está no centro dos debates contemporâneos sobre geoeconomia e segurança econômica internacional. Permite analisar a transformação dos minerais críticos em ativos estratégicos para a transição energética e para a disputa tecnológica entre grandes potências, especialmente entre China e Ocidente. A notícia dialoga com conteúdos de Economia Internacional, ao abordar cadeias globais de valor, comércio internacional e política industrial, e com Política Internacional, ao evidenciar a crescente utilização de instrumentos econômicos como ferramentas de poder. Também é uma excelente oportunidade para discutir conceitos como *friend-shoring*, *near-shoring*, autonomia estratégica, resiliência das cadeias produtivas e a crescente interseção entre comércio, tecnologia, energia e segurança nacional. Para o Brasil, o tema possui relevância adicional devido às reservas nacionais de minerais estratégicos, como lítio, nióbio, grafita e terras raras, que tendem a ganhar importância crescente na economia global das próximas décadas.

13 mai

OPEP reduz previsão de crescimento da demanda global por petróleo. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) revisou para baixo sua projeção de crescimento da demanda mundial por petróleo em 2026, acompanhando movimento semelhante realizado por outras instituições internacionais do setor energético. A revisão foi motivada, sobretudo, pelos impactos econômicos da escalada do conflito envolvendo o Irã, que aumentou as incertezas sobre o crescimento da economia global, os fluxos comerciais e os custos de energia. Embora o conflito tenha elevado os riscos de interrupção da oferta de petróleo no Oriente Médio, a OPEP avaliou que os efeitos negativos sobre a atividade econômica mundial podem reduzir o ritmo de expansão do consumo energético. O episódio evidencia como choques geopolíticos podem produzir simultaneamente pressões sobre a oferta e sobre a demanda global de energia, gerando forte volatilidade nos mercados internacionais. **Relevância para o CACD:** A notícia oferece excelente oportunidade para discutir temas clássicos de Economia Internacional e Macroeconomia. Permite analisar os efeitos dos choques petrolíferos sobre inflação, crescimento econômico, balança comercial e contas externas dos países. Também possibilita explorar a relação entre geopolítica e mercados de commodities, especialmente o papel estratégico do Oriente Médio no abastecimento energético mundial. Para países importadores líquidos de petróleo, a alta dos preços pode provocar inflação importada, deterioração das contas externas e desaceleração econômica; para exportadores, pode gerar ganhos comerciais e fiscais, ainda que acompanhados de maior volatilidade. O tema também dialoga com debates contemporâneos sobre segurança energética, transição energética e diversificação de matrizes energéticas, além de permitir comparações históricas com os

choques do petróleo da década de 1970, assunto recorrente em provas de Economia e Política Internacional do CACD. Para o Brasil, que ocupa posição relevante como produtor e exportador de petróleo, a questão envolve impactos sobre a Petrobras, as receitas de exportação, o câmbio e a dinâmica inflacionária doméstica.

13 mai

AIE prevê contração da demanda global por petróleo. A Agência Internacional de Energia (AIE) revisou suas projeções para o mercado petrolífero mundial e passou a estimar uma retração da demanda global por petróleo em 2026. Segundo o relatório, a desaceleração foi particularmente intensa no segundo trimestre do ano, refletindo os efeitos combinados do enfraquecimento da atividade econômica global, das tensões geopolíticas no Oriente Médio e do avanço de processos de substituição energética em diversas economias. A AIE destacou ainda que a indústria petroquímica — importante consumidora de derivados de petróleo como matéria-prima — deverá registrar desempenho abaixo do esperado, contribuindo para a redução do consumo global. A avaliação reforça a percepção de que fatores estruturais, como a expansão dos veículos elétricos e das fontes renováveis de energia, começam a exercer influência crescente sobre a dinâmica tradicional do mercado petrolífero. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante porque permite contrastar as projeções da Agência Internacional de Energia (AIE) e da OPEP, instituições que frequentemente apresentam diagnósticos distintos sobre a evolução do mercado energético mundial. Enquanto a OPEP tende a enfatizar a continuidade da importância do petróleo na matriz energética global, a AIE frequentemente destaca os impactos da transição energética e das mudanças tecnológicas sobre a demanda futura. O tema possibilita discutir questões centrais da Economia Internacional contemporânea, como segurança energética, descarbonização, transformação das matrizes energéticas e os desafios econômicos da transição para uma economia de baixo carbono. Além disso, oferece uma excelente oportunidade para analisar os efeitos macroeconômicos das oscilações nos preços das commodities energéticas, os impactos sobre países exportadores e importadores de petróleo e as implicações geopolíticas da redução gradual da dependência global dos combustíveis fósseis. Para o Brasil, a discussão é particularmente relevante devido à coexistência de uma posição importante como exportador de petróleo e, simultaneamente, como país que busca ampliar sua participação em setores ligados à transição energética, como biocombustíveis, energia eólica e energia solar.

15 mai

EUA apontam melhora parcial em exportações chinesas de terras raras. O representante comercial dos Estados Unidos informou que as exportações chinesas de terras raras para o mercado norte-americano apresentaram melhora nos meses recentes, após um período de forte restrição associado às tensões comerciais e tecnológicas entre os dois países. Apesar disso, autoridades norte-americanas afirmaram que Pequim continua impondo atrasos e limitações na concessão de licenças de

exportação para determinados produtos e minerais estratégicos. As terras raras constituem um grupo de minerais essenciais para a fabricação de semicondutores, baterias, turbinas eólicas, veículos elétricos, sistemas de comunicação avançados e equipamentos militares de alta tecnologia. Como a China domina tanto a extração quanto, principalmente, as etapas de processamento e refino desses minerais, a questão tornou-se um dos principais pontos de atrito na disputa econômica e tecnológica entre Pequim e Washington. **Relevância para o CACD:** A notícia ilustra de forma exemplar a crescente transformação de recursos naturais estratégicos em instrumentos de poder geopolítico e geoeconômico. O tema permite discutir a chamada “guerra tecnológica” entre Estados Unidos e China, a competição por liderança em setores de alta tecnologia e a crescente securitização das cadeias globais de suprimentos. As terras raras são insumos fundamentais para a transição energética, para a indústria de semicondutores e para a produção de armamentos sofisticados, tornando-se elemento central das disputas contemporâneas por autonomia tecnológica e segurança nacional. O caso também possibilita abordar conceitos como dependência estratégica, resiliência das cadeias produtivas, *friend-shoring*, diversificação de fornecedores e política industrial. Para o Brasil, a discussão possui relevância adicional em razão das expressivas reservas nacionais de minerais críticos, incluindo terras raras, lítio, grafita e nióbio, recursos que tendem a ganhar importância crescente na economia mundial à medida que avançam a digitalização, a eletrificação dos transportes e a transição para matrizes energéticas menos intensivas em carbono. Trata-se de um tema com forte potencial de cobrança tanto em Economia quanto em Política Internacional no CACD.

18 mai

Mercado brasileiro eleva projeção de inflação para 4,92%. O Boletim Focus, publicação semanal do Banco Central que reúne as expectativas de instituições financeiras e consultorias econômicas, registrou a décima elevação consecutiva da projeção de inflação para 2026. A estimativa para o IPCA alcançou 4,92%, aproximando-se do limite superior do regime de metas de inflação. Entre os fatores apontados para a deterioração das expectativas estão a persistência de pressões sobre os preços dos alimentos, os custos da energia, as incertezas relacionadas ao cenário internacional e a percepção de que a inflação poderá permanecer elevada por período mais prolongado. O movimento ocorreu em um contexto de debate sobre o ritmo de flexibilização da política monetária e sobre os desafios enfrentados pelo Banco Central para assegurar a convergência da inflação à meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. **Relevância para o CACD:** A notícia oferece excelente oportunidade para revisar conceitos centrais da macroeconomia brasileira, especialmente o funcionamento do regime de metas de inflação e o papel das expectativas na condução da política monetária. O caso ilustra como a inflação não depende apenas de fatores correntes, mas também das projeções formuladas por agentes econômicos, que influenciam decisões de consumo, investimento, formação de

preços e negociações salariais. O tema permite discutir a atuação do Banco Central por meio da taxa Selic, a importância da credibilidade institucional para a ancoragem das expectativas e os efeitos dos juros reais sobre a atividade econômica. Também é um exemplo concreto do dilema frequentemente enfrentado pelos formuladores de política econômica: a necessidade de controlar a inflação sem comprometer excessivamente o crescimento econômico e a geração de empregos. Para o CACD, a notícia conecta temas de Macroeconomia, política monetária, inflação, expectativas racionais e conjuntura econômica brasileira, assuntos recorrentes tanto em provas objetivas quanto discursivas.

G7 cobra ação contra desequilíbrios econômicos globais.

Durante reunião realizada em maio de 2026, os ministros das Finanças e presidentes de bancos centrais do G7 manifestaram preocupação com a persistência de desequilíbrios econômicos globais e defenderam ações coordenadas para fortalecer a estabilidade do sistema econômico internacional. Embora o comunicado final não mencionasse diretamente a China, diversas declarações de autoridades ocidentais apontaram para preocupações relacionadas ao excesso de capacidade produtiva em setores industriais chineses, aos subsídios estatais concedidos por Pequim e aos seus impactos sobre a concorrência internacional. Os participantes também discutiram os riscos decorrentes das crescentes tensões comerciais, da fragmentação econômica global e dos efeitos da instabilidade geopolítica sobre os fluxos financeiros e as cadeias de suprimentos. O encontro evidenciou o esforço das principais economias avançadas para responder aos desafios impostos pela crescente rivalidade econômica entre grandes potências e pelas transformações da economia mundial.

Relevância para o CACD: A notícia aborda um dos temas mais recorrentes e relevantes da economia internacional contemporânea: os desequilíbrios globais e seus impactos sobre a governança econômica mundial. O debate remete a questões clássicas como déficits e superávits em conta corrente, acúmulo de reservas internacionais, políticas cambiais, competitividade industrial e coordenação macroeconômica entre grandes economias. Também permite analisar as críticas ocidentais ao modelo de desenvolvimento chinês, caracterizado por forte participação estatal, subsídios industriais e estratégias voltadas para o fortalecimento de setores considerados estratégicos. O tema dialoga diretamente com discussões sobre geoeconomia, fragmentação do comércio internacional, política industrial, segurança econômica e reforma das instituições multilaterais. Além disso, oferece excelente oportunidade para compreender o papel do G7, do G20, do FMI e de outros fóruns na tentativa de administrar tensões econômicas globais e evitar que disputas comerciais evoluam para crises financeiras ou recessões internacionais. Para o CACD, trata-se de um tema transversal que conecta Economia Internacional, Política Internacional e atualidades econômicas, sendo frequentemente explorado em provas discursivas e objetivas.

19 mai

19 mai

Banco Central do Brasil alerta para desancoragem das expectativas. O Banco Central do Brasil demonstrou preocupação com a deterioração das expectativas de inflação de longo prazo observada ao longo dos primeiros meses de 2026. Em documentos e declarações oficiais, a autoridade monetária destacou que as projeções de mercado para a inflação futura continuavam se afastando da meta estabelecida, mesmo diante da manutenção de uma política monetária restritiva. Entre os fatores apontados para esse movimento estão as pressões persistentes sobre preços de alimentos e energia, a resiliência da atividade econômica doméstica e as incertezas provenientes do cenário internacional, marcado por conflitos geopolíticos, volatilidade nos mercados de commodities e desaceleração do crescimento global. O Banco Central enfatizou que a desancoragem das expectativas representa um risco importante para a convergência da inflação à meta, exigindo cautela na condução da política monetária. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente relevante porque permite discutir um dos conceitos mais importantes da macroeconomia moderna: o papel das expectativas na determinação da inflação. O caso brasileiro oferece um exemplo concreto de como a credibilidade da autoridade monetária influencia as decisões dos agentes econômicos e, conseqüentemente, a dinâmica inflacionária. A notícia possibilita revisar temas clássicos do programa de Economia do CACD, como expectativas adaptativas e expectativas racionais, regime de metas de inflação, independência do Banco Central, política monetária e formação de preços. Também permite explorar a Curva de Phillips em sua formulação contemporânea, na qual as expectativas exercem papel central na relação entre inflação e atividade econômica. Além disso, o episódio evidencia a importância da comunicação dos bancos centrais (*forward guidance*) como instrumento complementar de política monetária, uma vez que a eficácia das decisões sobre juros depende não apenas das ações presentes, mas também da capacidade de influenciar as expectativas futuras dos agentes. Trata-se de um tema recorrente em provas discursivas, especialmente por conectar teoria econômica, conjuntura brasileira e política monetária contemporânea.

20 mai

Europa busca reduzir dependência chinesa em terras raras. Representantes da indústria europeia e formuladores de políticas públicas defenderam a criação de um sistema europeu próprio de precificação para metais especiais e terras raras, com o objetivo de reduzir a dependência da China, que atualmente domina grande parte da extração, do processamento e da formação de preços desses insumos estratégicos. A proposta busca aumentar a transparência do mercado, oferecer sinais de preço mais adequados para investidores e estimular a expansão da produção e do refino de minerais críticos dentro da Europa e em países parceiros. O debate ocorre em um contexto de crescente preocupação com a vulnerabilidade das cadeias de suprimento europeias, especialmente em setores ligados à transição energética, à indústria de defesa, aos semicondutores e às tecnologias avançadas. A iniciativa integra um

esforço mais amplo da União Europeia para fortalecer sua segurança econômica diante das disputas geopolíticas e da crescente competição tecnológica global. **Relevância para o CACD:** A notícia exemplifica uma das principais tendências da economia política internacional contemporânea: a crescente intersecção entre comércio, tecnologia, segurança nacional e política industrial. O tema permite analisar como a União Europeia vem buscando reduzir dependências consideradas estratégicas e ampliar sua chamada “autonomia estratégica”, conceito cada vez mais presente na política externa e econômica europeia. Também oferece excelente oportunidade para discutir o papel dos minerais críticos na transição energética, na digitalização da economia e na competição tecnológica entre grandes potências. A iniciativa europeia evidencia que a disputa por recursos estratégicos não se limita mais ao acesso físico às matérias-primas, mas envolve também o controle dos mecanismos de processamento, financiamento, precificação e comercialização internacional. Para o CACD, a notícia dialoga diretamente com temas de Economia Internacional, Política Internacional e Geografia Econômica, permitindo abordar conceitos como geoeconomia, segurança econômica, política industrial, diversificação de cadeias produtivas e rivalidade entre China, Estados Unidos e União Europeia. Além disso, possui relevância especial para o Brasil, que detém reservas expressivas de minerais estratégicos e pode ampliar sua importância geopolítica e econômica em um cenário de crescente demanda global por terras raras, lítio, grafita e outros insumos essenciais para a economia verde e digital.

26 mai

EUA abrem consulta sobre possíveis cortes tarifários para produtos chineses. O governo dos Estados Unidos iniciou um processo de consulta pública para identificar quais produtos chineses poderiam ser contemplados por uma eventual redução de tarifas de importação impostas ao longo da guerra comercial entre Washington e Pequim. A medida foi apresentada como parte de uma reavaliação da política comercial norte-americana diante das mudanças no cenário econômico internacional e das preocupações com os impactos das tarifas sobre consumidores, empresas e cadeias produtivas domésticas. Embora não represente uma reversão da estratégia de contenção econômica da China, a iniciativa sinaliza uma possível recalibragem dos instrumentos utilizados pelos EUA, buscando equilibrar objetivos de segurança econômica, competitividade industrial e controle da inflação. O processo ocorre em um contexto de elevada interdependência econômica entre as duas maiores economias do mundo, mesmo após anos de disputas comerciais, tecnológicas e geopolíticas. **Relevância para o CACD:** A notícia permite explorar um dos principais temas da economia internacional contemporânea: a guerra comercial entre Estados Unidos e China e seus efeitos sobre o comércio global. O caso oferece uma oportunidade valiosa para discutir os impactos econômicos das tarifas de importação, tanto sob a perspectiva da proteção da indústria doméstica quanto sob a ótica dos custos para consumidores e empresas. Também

possibilita analisar como medidas protecionistas podem influenciar a inflação, especialmente quando incidem sobre insumos e bens intermediários utilizados pelas cadeias produtivas nacionais. Além disso, a notícia evidencia um aspecto central da geoeconomia atual: a coexistência entre rivalidade estratégica e profunda interdependência econômica. Mesmo em meio à competição tecnológica, às restrições sobre semicondutores e às disputas por minerais críticos, Estados Unidos e China continuam fortemente integrados por fluxos de comércio, investimento e produção. Para o CACD, o tema dialoga diretamente com conceitos de comércio internacional, protecionismo, cadeias globais de valor, política comercial e geoeconomia, além de ilustrar os desafios enfrentados pelas grandes potências ao tentar conciliar objetivos de segurança nacional com os benefícios da integração econômica internacional.

27 mai

Inflação brasileira supera o teto da meta no início de maio. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado uma prévia da inflação oficial brasileira, acumulou alta de 4,64% nos doze meses encerrados em maio de 2026, ultrapassando o limite superior da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional pela primeira vez desde outubro de 2025. O resultado refletiu a persistência de pressões inflacionárias em segmentos como alimentos, energia e serviços, além dos efeitos de um cenário internacional marcado por volatilidade nos preços de commodities e incertezas geopolíticas. A divulgação reforçou a percepção de que o processo de desinflação no Brasil tem ocorrido de forma mais lenta do que o esperado, levando analistas a revisarem projeções para a trajetória futura da taxa Selic e para o ritmo de flexibilização da política monetária.

Relevância para o CACD: A notícia constitui um excelente exemplo prático do funcionamento do regime de metas de inflação no Brasil e dos desafios enfrentados pela política monetária em contextos de persistência inflacionária. O fato de a inflação ultrapassar o teto da meta levanta discussões sobre a eficácia dos instrumentos utilizados pelo Banco Central, a credibilidade da autoridade monetária e a capacidade de ancorar as expectativas dos agentes econômicos. O tema permite revisar conceitos fundamentais da macroeconomia, como inflação de demanda, inflação de custos, choques de oferta, juros reais e transmissão da política monetária. Também possibilita discutir o papel da taxa Selic como principal instrumento de controle inflacionário e os custos associados à manutenção de juros elevados, especialmente sobre investimento, crédito e crescimento econômico. Para o CACD, trata-se de um tema relevante não apenas por sua importância conjuntural, mas também porque conecta teoria macroeconômica, política econômica brasileira e debates recorrentes sobre a relação entre estabilidade de preços, crescimento e desenvolvimento econômico. Além disso, o episódio oferece um exemplo concreto para analisar os mecanismos de prestação de contas do Banco Central quando as metas de inflação não são cumpridas, aspecto frequentemente explorado em provas de Economia.

29 mai

Economia brasileira mostra recuperação no primeiro trimestre. Dados divulgados no final de maio indicaram que a economia brasileira apresentou recuperação no primeiro trimestre de 2026, impulsionada principalmente pela expansão do consumo das famílias. O desempenho acima das expectativas refletiu fatores como a resiliência do mercado de trabalho, o crescimento da renda disponível e a manutenção de níveis relativamente elevados de confiança dos consumidores. A melhora da atividade econômica ocorreu em um contexto de inflação ainda pressionada e de política monetária restritiva, levando analistas e investidores a revisarem suas projeções para a trajetória futura da taxa Selic. Com uma economia demonstrando maior dinamismo do que o esperado, aumentaram as avaliações de que o Banco Central poderá adotar uma postura mais cautelosa na redução dos juros, evitando estimular excessivamente a demanda agregada em um ambiente de inflação ainda acima da meta. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente valiosa porque permite conectar diversos conceitos fundamentais da macroeconomia em um único caso concreto. O crescimento puxado pelo consumo das famílias oferece oportunidade para discutir os componentes do PIB pela ótica da demanda agregada, bem como a relação entre renda, consumo e atividade econômica. Além disso, o episódio ilustra o delicado equilíbrio enfrentado pelos formuladores de política monetária: uma economia mais aquecida tende a favorecer crescimento e emprego, mas também pode dificultar o processo de convergência da inflação para a meta, especialmente quando há sinais de desancoragem das expectativas inflacionárias. O tema também permite abordar a interação entre política monetária e ciclo econômico, destacando como decisões sobre a taxa Selic dependem simultaneamente do comportamento da inflação e do ritmo de expansão da atividade econômica. Adicionalmente, a notícia pode ser articulada com debates sobre poupança doméstica, investimento, déficit em conta corrente e restrição externa, uma vez que períodos de crescimento acelerado do consumo frequentemente ampliam as importações e podem pressionar as contas externas. Para o CACD, trata-se de uma excelente oportunidade para integrar teoria macroeconômica, conjuntura brasileira e política econômica contemporânea em uma mesma análise.

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

1 mai

Acordo Mercosul-União Europeia entra em vigor provisoriamente. Em 1º de maio de 2026, entrou em vigor a aplicação provisória do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, encerrando um processo negociador iniciado em 1999 e marcado por sucessivos impasses políticos, econômicos e ambientais. O acordo estabelece uma das maiores áreas de livre comércio do mundo, abrangendo um mercado de aproximadamente 720 milhões de habitantes e cerca de um quarto do PIB global. A implementação provisória prevê a redução gradual de tarifas, a ampliação do acesso a mercados de bens e

serviços, regras sobre compras governamentais, propriedade intelectual e facilitação de investimentos. Para o Mercosul, o pacto representa oportunidade de diversificação comercial e maior inserção nas cadeias globais de valor; para a União Europeia, insere-se na estratégia de reduzir dependências econômicas excessivas e ampliar parcerias em um contexto de crescente rivalidade geopolítica entre Estados Unidos e China. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um dos temas mais importantes da agenda internacional contemporânea envolvendo o Brasil. Permite abordar questões centrais de Política Internacional, Economia e Política Externa Brasileira, como integração regional, regionalismo aberto, negociações comerciais inter-regionais, reforma da governança econômica internacional e o papel estratégico do Mercosul. O tema também oferece oportunidades para discutir os impactos distributivos da liberalização comercial, os interesses divergentes entre setores industriais e agroexportadores, as exigências ambientais europeias, os debates sobre desenvolvimento sustentável e as tensões entre soberania regulatória e harmonização de normas comerciais. Além disso, o acordo constitui excelente exemplo da interação entre geoeconomia, diplomacia comercial e reposicionamento estratégico dos atores internacionais em um cenário de crescente fragmentação da ordem econômica global.

2 mai

Canadá busca concluir acordo com Mercosul ainda em 2026.

O ministro canadense do Comércio declarou que o governo do Canadá pretende concluir ainda naquele ano negociações de acordos comerciais com o Mercosul, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e a Índia. A iniciativa insere-se em uma estratégia mais ampla de diversificação econômica e comercial, motivada pela crescente instabilidade do sistema internacional e pela preocupação canadense em reduzir sua elevada dependência do mercado norte-americano. Embora os Estados Unidos permaneçam como principal parceiro econômico do Canadá, Ottawa busca ampliar sua presença em mercados emergentes e em regiões de elevado dinamismo econômico, fortalecendo o acesso de empresas canadenses a novos consumidores, fontes de investimento e cadeias globais de valor. Nesse contexto, o Mercosul surge como parceiro relevante devido ao tamanho de seu mercado, à disponibilidade de recursos naturais estratégicos e ao potencial de expansão do comércio bilateral. **Relevância para o CACD:** A notícia é particularmente útil para compreender tendências contemporâneas da geoeconomia internacional e da reconfiguração das relações comerciais globais. O caso ilustra como países tradicionalmente integrados à esfera econômica dos Estados Unidos procuram diversificar suas parcerias em resposta ao aumento das tensões comerciais, às disputas tecnológicas e às incertezas associadas à crescente rivalidade entre grandes potências. Também permite discutir o papel do Mercosul como plataforma de inserção internacional e sua crescente atratividade para parceiros extrarregionais. Para a preparação ao CACD, o tema oferece oportunidades para relacionar integração regional, acordos preferenciais de comércio, cadeias globais de produção, segurança

econômica e estratégias de redução de vulnerabilidades externas. Além disso, evidencia como as transformações da ordem econômica internacional estão estimulando uma intensificação dos acordos bilaterais e inter-regionais, em um contexto de enfraquecimento relativo do multilateralismo comercial e de busca por maior resiliência econômica diante dos choques geopolíticos contemporâneos.

11 mai

Brasil começa a importar queijo mais barato após acordo Mercosul–EU. Com a entrada em vigor da aplicação provisória do Acordo Mercosul–União Europeia, começaram a aparecer os primeiros efeitos concretos da liberalização comercial entre os dois blocos. No Brasil, produtos europeus passaram a ingressar no mercado nacional com redução ou eliminação de tarifas de importação, como determinados tipos de queijo, ampliando a concorrência e a oferta para consumidores e setores produtivos. Ao mesmo tempo, diversos produtos exportados pelo Mercosul passaram a receber tratamento preferencial no mercado europeu. Entre os exemplos mais destacados estão a cachaça brasileira, que obteve acesso com tarifa zero, e determinados produtos agropecuários, como carnes, beneficiados por reduções tarifárias e cotas preferenciais. O acordo prevê ainda cronogramas diferenciados de desgravação tarifária, com alguns setores considerados mais sensíveis recebendo períodos de adaptação que se estenderão até o final da década. **Relevância para o CACD:** A notícia constitui um exemplo concreto dos mecanismos de funcionamento de acordos de livre comércio e dos efeitos graduais da integração econômica. Permite discutir conceitos fundamentais de Economia Internacional, como liberalização tarifária, desgravação progressiva, acesso a mercados, criação e desvio de comércio, além dos impactos distributivos dos acordos comerciais sobre diferentes setores produtivos. O caso também evidencia que os benefícios da integração econômica tendem a ser assimétricos entre setores e países, favorecendo atividades nas quais cada economia possui vantagens comparativas. Para a Política Externa Brasileira, o tema é relevante por demonstrar como negociações comerciais de longo prazo se traduzem em ganhos concretos de acesso a mercados e maior competitividade internacional. Além disso, oferece excelente oportunidade para analisar as relações entre comércio internacional, política industrial, agronegócio, proteção de setores sensíveis e inserção do Brasil nas cadeias globais de valor.

12 mai

Brasil contesta decisão da UE sobre produtos de origem animal. A União Europeia anunciou que deixará de autorizar, a partir de setembro do mesmo ano, a importação de determinados produtos de origem animal provenientes do Brasil. A decisão foi fundamentada na interpretação europeia de normas relacionadas ao uso de antimicrobianos na produção pecuária, especialmente substâncias cujo emprego é restrito ou proibido no bloco europeu devido a preocupações com resistência antimicrobiana e saúde pública. Autoridades brasileiras contestaram a medida,

argumentando que os sistemas nacionais de controle sanitário seguem padrões internacionalmente reconhecidos e que a decisão europeia carece de fundamentação técnica suficiente. O episódio desencadeou consultas diplomáticas e comerciais entre as partes, em um momento particularmente sensível, marcado pelo início da implementação do acordo Mercosul–União Europeia. **Relevância para o CACD:** A notícia situa-se na interseção entre comércio internacional, regulação sanitária, sustentabilidade e diplomacia econômica. O caso é especialmente relevante para compreender o funcionamento das chamadas medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) e das barreiras técnicas ao comércio (TBT), temas centrais da Organização Mundial do Comércio (OMC). Permite discutir até que ponto regulamentações voltadas à proteção da saúde pública e do meio ambiente constituem instrumentos legítimos de política pública ou podem assumir características de protecionismo regulatório. O episódio também ilustra um desafio recorrente enfrentado por exportadores agrícolas brasileiros: a crescente incorporação de exigências ambientais, sanitárias e de bem-estar animal aos regimes comerciais dos países desenvolvidos. Para a Política Externa Brasileira, trata-se de um exemplo relevante de diplomacia comercial defensiva, negociação regulatória e gestão de controvérsias em um contexto de aprofundamento das relações econômicas entre Mercosul e União Europeia. Além disso, o tema permite relacionar comércio internacional, governança global da saúde, segurança alimentar, transição para sistemas produtivos mais sustentáveis e os novos padrões regulatórios que moldam o comércio do século XXI.

22 mai

Primeiros efeitos do acordo Mercosul–UE: disputa por cotas sem tarifa. Com o início da aplicação provisória do acordo Mercosul–União Europeia, surgiu uma disputa entre os próprios membros do bloco sul-americano pela utilização de cotas de exportação com tarifa zero ou reduzida para determinados produtos agropecuários, como ovos, mel e arroz. Como o acordo estabelece limites quantitativos para algumas exportações beneficiadas, os países do Mercosul passaram a negociar a forma de distribuição dessas cotas, evidenciando a ausência de mecanismos plenamente consolidados para a repartição interna dos ganhos comerciais. O episódio revelou que, embora o Mercosul negocie externamente como bloco, ainda enfrenta desafios para harmonizar interesses nacionais distintos e administrar de forma coordenada os benefícios decorrentes dos acordos comerciais. A questão tornou-se particularmente sensível em setores nos quais Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai competem diretamente por acesso ao mercado europeu. **Relevância para o CACD:** A notícia ilustra uma dimensão frequentemente negligenciada dos processos de integração regional: a necessidade de coordenação intrabloco após a conclusão das negociações externas. O caso permite discutir os desafios institucionais do Mercosul, as assimetrias econômicas entre seus membros e os mecanismos de governança necessários para administrar interesses nacionais concorrentes. Também é útil para analisar os limites da integração econômica regional,

mostrando que a eliminação de barreiras comerciais não elimina automaticamente disputas distributivas entre os participantes. Além disso, o tema dialoga com debates sobre integração regional, regionalismo aberto, tomada de decisão por consenso, fortalecimento institucional do Mercosul e capacidade dos blocos econômicos de atuar como atores coesos nas negociações internacionais. Para a Política Externa Brasileira, o episódio evidencia a importância de conciliar a liderança regional do Brasil com a preservação da coesão política e econômica do bloco.

25 mai

Rota Bioceânica impulsiona agenda de ciência, inovação e desenvolvimento regional. O governo de Mato Grosso do Sul reforçou a associação entre a Rota Bioceânica e uma agenda mais ampla de ciência, tecnologia, inovação, cooperação internacional e desenvolvimento sustentável. O projeto consiste na construção e consolidação de um corredor logístico que conectará o Brasil aos portos do norte do Chile, atravessando Paraguai e Argentina, criando uma alternativa estratégica para o escoamento de mercadorias rumo aos mercados da Ásia-Pacífico. Além da dimensão comercial, autoridades estaduais destacaram iniciativas voltadas à integração acadêmica, à cooperação científica transfronteiriça, à atração de investimentos e ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para infraestrutura, logística e sustentabilidade. A proposta busca transformar a Rota Bioceânica em um eixo de integração regional multidimensional, combinando transporte, inovação, intercâmbio de conhecimento e desenvolvimento territorial entre os países participantes.

Relevância para o CACD: A notícia aborda um dos temas mais relevantes da integração sul-americana contemporânea: a integração física da infraestrutura regional. O projeto permite discutir iniciativas de conectividade territorial que remontam a esforços históricos de integração promovidos por mecanismos como a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o COSIPLAN no âmbito da UNASUL. O corredor bioceânico é particularmente importante por reduzir custos logísticos, ampliar a competitividade das exportações brasileiras e fortalecer a conexão econômica da América do Sul com a Ásia, principal destino das exportações de diversos países da região. O tema também possibilita analisar a relação entre infraestrutura, desenvolvimento regional, geopolítica dos transportes, corredores econômicos e inserção internacional. Para a Política Externa Brasileira, a iniciativa reforça o papel do Brasil como articulador da integração sul-americana e evidencia a crescente importância da dimensão logística na construção de uma estratégia de projeção regional e de aproximação com os mercados do Indo-Pacífico. Além disso, oferece excelente oportunidade para relacionar integração regional, desenvolvimento sustentável, cooperação transfronteiriça, inovação tecnológica e geoeconomia em um contexto de crescente competição por conectividade e acesso aos fluxos globais de comércio.

30 mai

Acordo Mercosul–Canadá avança em rodada de negociações.

Entre os dias 25 e 29 de maio de 2026, representantes do Mercosul e do Canadá realizaram, em Toronto, a décima rodada de negociações para a celebração de um acordo de livre comércio entre as partes. Os trabalhos envolveram avanços em diversos grupos temáticos, incluindo acesso a mercados, regras de origem, comércio de serviços, investimentos, compras governamentais, facilitação de comércio e medidas regulatórias. Autoridades dos dois lados manifestaram expectativa de que as negociações possam ser concluídas em futuro próximo, refletindo o interesse mútuo em ampliar fluxos comerciais e fortalecer vínculos econômicos em um cenário internacional marcado por incertezas geopolíticas e crescente fragmentação das cadeias globais de produção. O acordo integra a estratégia mais ampla do Mercosul de diversificar seus parceiros comerciais e ampliar sua inserção internacional para além dos mercados tradicionais da América do Sul. **Relevância para o CACD:** A notícia evidencia uma tendência importante da política comercial contemporânea: a busca por acordos extrarregionais como instrumento de diversificação econômica e mitigação de riscos associados ao protecionismo, às disputas geopolíticas e às vulnerabilidades das cadeias globais de suprimentos. O caso permite discutir a evolução do Mercosul de uma iniciativa predominantemente regional para um ator que busca maior projeção internacional por meio de acordos com parceiros de diferentes regiões do mundo. Também oferece subsídios para abordar temas como regionalismo aberto, acordos preferenciais de comércio, integração econômica, governança comercial internacional e o papel dos acordos bilaterais e inter-regionais em um contexto de relativa paralisia das negociações multilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC). Para a Política Externa Brasileira, o avanço das negociações com o Canadá demonstra o esforço de ampliar mercados para exportações, atrair investimentos e fortalecer a inserção do país em uma rede mais diversificada de parcerias econômicas estratégicas. Além disso, o tema permite analisar as transformações recentes da ordem econômica internacional e os desafios enfrentados por economias emergentes na construção de uma inserção externa mais competitiva e resiliente.

RELAÇÕES BILATERAIS

EUA

8 mai

Lula e Trump orientam ministros a resolver tarifas em 30 dias.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se com Donald Trump na Casa Branca em um encontro voltado à redução de tensões comerciais entre Brasil e Estados Unidos. Após mais de três horas de negociações, os dois líderes instruíram suas equipes ministeriais a buscar soluções para disputas tarifárias e a ampliar mecanismos de cooperação econômica bilateral. A reunião ocorreu em um contexto de crescente preocupação internacional com a política tarifária adotada por Washington, que tem afetado

parceiros comerciais em diferentes regiões do mundo. **Relevância para o CACD:** O episódio permite analisar a dinâmica das relações Brasil–EUA, os instrumentos de negociação comercial utilizados pelos Estados, o papel da diplomacia presidencial na gestão de controvérsias econômicas e os impactos do protecionismo sobre o sistema internacional de comércio. Além disso, oferece subsídios para reflexões sobre os limites e as possibilidades de cooperação bilateral em um cenário marcado por disputas tarifárias e crescente fragmentação econômica global.

8 mai

EUA anunciam cessar-fogo temporário entre Rússia e Ucrânia. Os Estados Unidos desempenharam papel central na mediação de um cessar-fogo temporário de três dias entre Rússia e Ucrânia, iniciativa que foi acompanhada pela realização de trocas de prisioneiros e pela adoção de medidas de caráter humanitário. Embora limitado em duração e alcance, o acordo representou uma tentativa de reduzir temporariamente a intensidade das hostilidades e criar espaço para negociações adicionais entre as partes. O episódio evidenciou os esforços diplomáticos de Washington para influenciar o curso do conflito e demonstrou a persistente importância da mediação internacional em guerras de alta intensidade, mesmo quando as perspectivas de uma solução definitiva permanecem distantes. **Relevância para o CACD:** Pode-se analisar os mecanismos de mediação diplomática em conflitos armados, o papel das grandes potências na promoção de cessar-fogos e negociações de paz, bem como os desafios envolvidos na construção de soluções políticas duradouras em cenários de guerra prolongada. Além disso, oferece subsídios para discussões sobre diplomacia coercitiva, medidas de confiança, ajuda humanitária, resolução de conflitos e os impactos da guerra da Ucrânia sobre a ordem internacional e a segurança europeia.

14 – 16 mai

Trump visita Xi Jinping em Pequim sem avanços substanciais. O presidente Donald Trump realizou visita oficial à China e reuniu-se com Xi Jinping para discutir temas centrais da agenda bilateral, incluindo comércio, tecnologia, Taiwan e questões de segurança internacional. Embora os encontros tenham sido marcados por declarações conciliatórias e pela sinalização de interesse mútuo em estabilizar as relações, os avanços concretos foram limitados. A visita evidenciou que, apesar dos esforços diplomáticos para reduzir tensões, permanecem divergências estruturais entre Washington e Pequim em áreas estratégicas, especialmente no que se refere à competição tecnológica, às disputas comerciais e ao equilíbrio de poder no Indo-Pacífico. **Relevância para o CACD:** Trata-se de uma das notícias mais relevantes do mês para a preparação em Política Internacional. A relação entre Estados Unidos e China constitui atualmente o principal eixo da competição estratégica global, influenciando temas que vão do comércio internacional à segurança regional. O episódio permite discutir a disputa por liderança tecnológica, a reorganização das cadeias globais de valor, a questão de Taiwan, a crescente centralidade do Indo-Pacífico na geopolítica

contemporânea e os limites da cooperação entre grandes potências em um contexto de rivalidade sistêmica. O tema também é especialmente útil para analisar as transformações da ordem internacional e os desafios à estabilidade global no século XXI.

19 mai

Acordo nuclear EUA–Arábia Saudita gera críticas no Congresso norte-americano. Parlamentares do Partido Democrata nos Estados Unidos manifestaram preocupação com a proposta de acordo de cooperação nuclear civil entre Washington e a Arábia Saudita, argumentando que o texto não apresentava salvaguardas suficientemente robustas para prevenir riscos de proliferação nuclear. As críticas concentraram-se especialmente na possibilidade de que o acordo concedesse a Riad acesso a tecnologias sensíveis sem as restrições tradicionalmente exigidas pelos Estados Unidos em acordos dessa natureza. O debate ocorre em um contexto de crescente importância estratégica da Arábia Saudita para a política norte-americana no Oriente Médio, envolvendo questões de segurança regional, energia e contenção da influência iraniana. **Relevância para o CACD:** Possui elevada relevância para os estudos de Política Internacional por envolver temas centrais da agenda de segurança global. O caso permite discutir os regimes internacionais de não proliferação nuclear, os mecanismos de salvaguardas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e os desafios enfrentados pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) em um ambiente internacional cada vez mais competitivo. Além disso, oferece subsídios para analisar a relação entre política energética e segurança internacional, bem como as implicações estratégicas da cooperação nuclear civil em uma região marcada por rivalidades geopolíticas, especialmente entre Arábia Saudita e Irã. O episódio também evidencia as tensões entre interesses de segurança, objetivos diplomáticos e considerações geoeconômicas na formulação da política externa norte-americana.

19 – 20 mai

União Europeia acelera negociações comerciais com os EUA. A União Europeia avançou nas negociações com os Estados Unidos com o objetivo de evitar a imposição de novas tarifas comerciais anunciadas pela administração Trump. Bruxelas buscou construir mecanismos de acomodação que reduzissem as tensões econômicas entre os dois lados do Atlântico e preservassem o elevado volume de comércio e investimentos que caracteriza a relação transatlântica. As tratativas ocorreram em um contexto de crescente utilização de instrumentos tarifários por Washington como forma de pressão econômica e de redefinição das relações comerciais internacionais, levando a União Europeia a adotar uma postura pragmática voltada à proteção de seus interesses econômicos e estratégicos. **Relevância para o CACD:** A notícia é especialmente relevante por ilustrar a crescente interseção entre

comércio internacional, geoeconomia e política externa. O episódio permite discutir o uso de tarifas como instrumento de poder nas relações internacionais, os desafios enfrentados pelo sistema multilateral de comércio e as estratégias adotadas pela União Europeia para preservar sua competitividade em um ambiente internacional mais fragmentado. Além disso, o caso oferece subsídios para analisar o conceito de autonomia estratégica europeia, entendido como a busca por maior capacidade de atuação independente em áreas econômicas, tecnológicas e de segurança, sem romper os vínculos históricos de cooperação com os Estados Unidos.

22 mai

Catar atua como mediador entre EUA e Irã. Uma delegação do Catar deslocou-se a Teerã com o objetivo de facilitar negociações entre Estados Unidos e Irã, em mais uma demonstração do papel desempenhado por Doha como intermediária em crises regionais e internacionais. A iniciativa buscou reduzir tensões no Oriente Médio e criar condições políticas para a retomada de entendimentos mais amplos entre Washington e Teerã, em um contexto marcado por disputas envolvendo segurança regional, programas nucleares e rivalidades geopolíticas. A atuação catariana evidencia a crescente importância de canais diplomáticos indiretos e de mediadores capazes de manter diálogo simultâneo com atores frequentemente incapazes de negociar diretamente. **Relevância para o CACD:** O caso ilustra como pequenos Estados podem ampliar sua influência internacional por meio da construção de capital diplomático e da oferta de canais de negociação entre atores rivais. Além disso, permite discutir a posição estratégica do Catar no Oriente Médio, a complexidade das relações entre Estados Unidos e Irã e os impactos dessas interações sobre a segurança regional. O tema também oferece subsídios para reflexões sobre diplomacia preventiva, negociação indireta, equilíbrio regional de poder e o papel crescente de atores intermediários na governança internacional.

26 mai

EUA iniciam consulta pública sobre redução de tarifas para produtos chineses. O Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) anunciou a abertura de um processo de consulta pública para identificar quais produtos chineses poderiam ser contemplados por eventuais reduções tarifárias. A iniciativa sinaliza uma possível recalibragem da política comercial norte-americana em relação à China, após anos marcados pela imposição de tarifas como instrumento de pressão econômica e estratégica. Embora a medida não represente uma mudança estrutural imediata na postura de Washington, ela sugere uma tentativa de ajustar os custos econômicos da guerra comercial, especialmente diante de preocupações relacionadas à competitividade das empresas norte-

americanas, às cadeias de suprimento e aos impactos inflacionários sobre a economia dos Estados Unidos. **Relevância para o CACD:** Permite analisar os instrumentos contemporâneos de política comercial empregados pelas grandes potências. O episódio oferece subsídios para discutir protecionismo, tarifas aduaneiras, guerra comercial, inflação importada e interdependência econômica entre Estados Unidos e China. Além disso, ilustra como medidas comerciais podem ser utilizadas simultaneamente para objetivos econômicos e estratégicos, refletindo a crescente interseção entre comércio, segurança nacional e competição geopolítica no cenário internacional contemporâneo.

27 mai

EUA e México iniciam negociações para revisar acordo comercial norte-americano. O governo dos Estados Unidos anunciou a realização de três rodadas de negociações com o México para revisar aspectos do acordo comercial que estrutura a integração econômica da América do Norte. O anúncio chamou atenção pela ausência do Canadá na fase inicial das conversas, levantando questionamentos sobre a condução futura do processo e sobre o equilíbrio das relações dentro do arranjo regional. As negociações ocorrem em um contexto de reavaliação das cadeias produtivas norte-americanas, de preocupações com competitividade industrial e de crescente utilização da política comercial como instrumento de estratégia econômica e geopolítica. **Relevância para o CACD:** É possível analisar as transformações recentes do regionalismo econômico na América do Norte e os desafios enfrentados pelos acordos de integração em um cenário internacional mais protecionista e competitivo. O tema possibilita discutir a evolução do NAFTA para o USMCA, os impactos das políticas industriais e comerciais dos Estados Unidos sobre seus parceiros regionais e as tensões entre interesses nacionais e mecanismos de integração econômica. Além disso, oferece um exemplo concreto de como acordos regionais precisam se adaptar às mudanças nas cadeias globais de valor, à competição estratégica entre grandes potências e às novas prioridades de segurança econômica.

28 mai

Canadá propõe nova parceria estratégica com os EUA. O primeiro-ministro canadense, Mark Carney, defendeu a construção de uma nova etapa das relações entre Canadá e Estados Unidos, enfatizando a necessidade de aprofundar a cooperação em setores considerados estratégicos para a competitividade e a segurança econômica da América do Norte. Entre as áreas destacadas estão a exploração e o processamento de minerais críticos, a integração da indústria automotiva e o fortalecimento de cadeias produtivas consideradas essenciais. A iniciativa reflete os esforços dos dois países para reduzir vulnerabilidades externas e reforçar sua capacidade de resposta diante das transformações geoeconômicas em curso, especialmente aquelas associadas à crescente competição com a China. **Relevância para o CACD:** Exibe importantes elementos para a análise das relações econômicas e estratégicas na

América do Norte. O tema permite discutir a interdependência entre Estados Unidos e Canadá, a crescente importância dos minerais críticos para a transição energética e para as indústrias de alta tecnologia, bem como as estratégias de reindustrialização e de fortalecimento das cadeias produtivas regionais. Além disso, o caso ilustra como questões econômicas, tecnológicas e de segurança vêm se tornando cada vez mais interligadas, reforçando a centralidade da geoeconomia nas relações internacionais contemporâneas.

28 mai

Rússia rejeita pedido dos EUA para interromper ataques a Kyiv. Os Estados Unidos intensificaram a pressão diplomática sobre a Rússia para que interrompesse os ataques sistemáticos contra Kyiv, argumentando que a continuidade das operações militares comprometeria qualquer perspectiva de avanço nas negociações relacionadas ao conflito. Moscou, contudo, rejeitou o apelo norte-americano e manteve sua posição estratégica, evidenciando a dificuldade de obtenção de concessões por meio da pressão diplomática isolada. O episódio reforçou a percepção de que, apesar de seu protagonismo internacional e de seu apoio político e militar à Ucrânia, Washington enfrenta limitações significativas para influenciar diretamente as decisões estratégicas do governo russo. **Relevância para o CACD:** Permite discutir conceitos como coerção diplomática, equilíbrio de poder, dissuasão e os limites da influência das grandes potências em conflitos de alta intensidade. Além disso, oferece um exemplo concreto das dificuldades enfrentadas por mecanismos diplomáticos tradicionais quando os objetivos estratégicos das partes envolvidas permanecem incompatíveis. O tema também contribui para reflexões sobre segurança internacional, gestão de crises e os impactos da persistência do conflito sobre a estabilidade europeia e a ordem internacional.

PAÍSES DA AMÉRICA CENTRAL E DA AMÉRICA DO SUL

1 mai

Acordo Mercosul-União Europeia passa a ter aplicação provisória. Em 1º de maio de 2026, entrou em vigor a aplicação provisória do Acordo de Associação Mercosul-União Europeia para os países que já haviam concluído seus respectivos processos de ratificação. O início da implementação representa um marco nas relações econômicas birregionais, após décadas de negociações, e sinaliza o aprofundamento dos vínculos comerciais, políticos e regulatórios entre os dois blocos. **Relevância para o CACD:** Trata-se de um dos temas mais importantes da agenda internacional brasileira contemporânea. A notícia permite abordar integração regional, política comercial, negociações internacionais, comércio e desenvolvimento sustentável, além dos debates sobre protecionismo verde, barreiras regulatórias, agricultura, indústria e inserção internacional do Brasil. Também é útil para discutir os desafios de implementação de acordos comerciais em um contexto de rivalidade geoeconômica entre grandes potências e de busca europeia por diversificação de parceiros.

4 mai

Guiana pede à CIJ reconhecimento contra reivindicação venezuelana sobre o Essequibo. Em maio de 2026, a Guiana solicitou à Corte Internacional de Justiça (CIJ) que reconhecesse a validade da sentença arbitral de 1899 e declarasse a inexistência de qualquer direito soberano da Venezuela sobre a região do Essequibo. O território em disputa corresponde a mais de 70% da área guianense e ganhou relevância estratégica nos últimos anos devido à descoberta de importantes reservas de petróleo offshore. O caso representa um dos principais contenciosos territoriais em curso na América do Sul e ocorre em um contexto de crescente tensão diplomática entre Georgetown e Caracas. **Relevância para o CACD:** A controvérsia oferece excelente oportunidade para revisar temas centrais de Direito Internacional e Política Internacional, como soberania territorial, sucessão de fronteiras, arbitragem internacional, jurisdição da Corte Internacional de Justiça e solução pacífica de controvérsias. Além disso, permite discutir a relação entre recursos energéticos e disputas territoriais, a estabilidade regional na América do Sul e os desafios enfrentados pelo Brasil diante de uma potencial escalada de tensões em sua vizinhança estratégica.

6 mai

Venezuela rejeita jurisdição da CIJ em disputa com a Guiana. Em audiência realizada na Corte Internacional de Justiça (CIJ), em maio de 2026, a Venezuela reiterou que não reconhece a jurisdição do tribunal para decidir a controvérsia territorial com a Guiana sobre a região do Essequibo. Caracas sustenta que a disputa deve ser resolvida por meio de negociações bilaterais, com base no Acordo de Genebra de 1966, e contesta a validade da sentença arbitral de 1899 que atribuiu o território à então Guiana Britânica. A área em disputa abrange cerca de 160 mil km², corresponde a mais de 70% do território guianense e ganhou enorme relevância estratégica após a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás em sua plataforma marítima. **Relevância para o CACD:** O caso constitui um dos mais importantes contenciosos territoriais contemporâneos da América do Sul e permite abordar temas centrais do programa de Política Internacional e Direito Internacional, como soberania territorial, jurisdição da CIJ, arbitragem internacional, solução pacífica de controvérsias e cumprimento de decisões judiciais internacionais. Além disso, a disputa evidencia a crescente importância dos recursos energéticos na dinâmica geopolítica regional e oferece subsídios para discutir os impactos da rivalidade Venezuela–Guiana sobre a estabilidade sul-americana e sobre a atuação diplomática do Brasil em sua vizinhança estratégica.

7 mai

Lula e Trump se reúnem em Washington para tratar de tarifas. Após cerca de três horas de reunião na Casa Branca, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que houve avanços na estabilização das relações entre Brasil e Estados Unidos, em um contexto marcado por atritos comerciais decorrentes da política tarifária norte-americana. Segundo Lula, o encontro permitiu restabelecer canais de diálogo e criar condições para negociações

futuras sobre comércio, investimentos e cooperação econômica. A reunião ocorreu em meio a preocupações brasileiras com medidas protecionistas adotadas por Washington, especialmente em setores considerados estratégicos para as exportações nacionais.

Relevância para o CACD: O episódio permite explorar temas centrais da Política Externa Brasileira, como diplomacia presidencial, gestão de crises bilaterais, negociação econômica internacional e defesa dos interesses comerciais brasileiros. Também possibilita discutir as oscilações históricas do relacionamento Brasil–Estados Unidos, a tensão entre protecionismo e liberalização comercial, bem como a utilização do diálogo político de alto nível como instrumento para reduzir conflitos econômicos. O tema dialoga diretamente com a tradição diplomática brasileira de buscar soluções negociadas e relações pragmáticas com as grandes potências, elemento recorrente da política externa republicana.

17 mai

Lula busca estabilizar relação com Trump após tensões tarifárias. Luiz Inácio Lula da Silva declarou que sua relação pessoal com o presidente norte-americano Donald Trump poderia contribuir para ampliar investimentos dos Estados Unidos no Brasil, reduzir riscos de medidas tarifárias ou sanções comerciais e reforçar o compromisso mútuo com a preservação das instituições democráticas. A fala sugere a aposta do governo brasileiro na diplomacia de alto nível e nos vínculos pessoais entre lideranças como instrumento complementar às negociações institucionais tradicionais. **Relevância para o CACD:** O tema permite discutir o papel da diplomacia presidencial nas relações internacionais contemporâneas e seus limites em comparação com os canais diplomáticos permanentes. Também favorece reflexões sobre o relacionamento Brasil–Estados Unidos, atração de investimentos estrangeiros, disputas comerciais, governança democrática e os efeitos da personalização da política externa. Além disso, oferece oportunidade para analisar a tradição brasileira de pragmatismo diplomático, que busca equilibrar autonomia decisória e interdependência econômica em suas relações com grandes potências. A notícia dialoga com debates clássicos sobre política externa presidencializada, diplomacia econômica e a influência de lideranças individuais na condução das relações bilaterais.

30 mai

Mercosul e Canadá avançam em acordo de livre comércio. A décima rodada de negociações para um acordo de livre comércio entre Mercosul e Canadá foi realizada em Toronto, entre 25 e 29 de maio de 2026, reunindo representantes dos países do bloco sul-americano e do governo canadense. As discussões avançaram em diversos grupos temáticos, incluindo acesso a mercados, regras de origem, compras governamentais, medidas sanitárias e fitossanitárias, comércio digital e facilitação de investimentos. Ao final da rodada, negociadores manifestaram expectativa de que as tratativas se aproximam de sua fase conclusiva, reforçando o interesse mútuo em ampliar fluxos comerciais e aprofundar os vínculos econômicos entre as partes. **Relevância para o CACD:**

A notícia é relevante para compreender a estratégia contemporânea do Mercosul de ampliar sua rede de acordos comerciais extrarregionais, em um contexto de crescente fragmentação geoeconômica e reconfiguração das cadeias globais de valor. O tema permite discutir regionalismo aberto, diversificação de parcerias econômicas, política comercial brasileira e os desafios enfrentados pelo Mercosul para aumentar sua inserção internacional. Além disso, oferece subsídios para analisar as relações entre integração regional e negociações bilaterais ou plurilaterais, bem como o papel do Canadá na estratégia de diversificação comercial das economias sul-americanas diante das transformações do comércio internacional.

PAÍSES AFRICANOS

1 mai

China implementa tarifa zero para importações de 53 países africanos. A China implementou uma política de tarifa zero para as importações provenientes de 53 países africanos com os quais mantém relações diplomáticas formais. A medida exclui apenas Eswatini, único país africano que continua reconhecendo Taiwan. A iniciativa reforça a estratégia chinesa de aprofundar seus vínculos econômicos com o continente africano e ampliar sua influência comercial no Sul Global. **Relevância para o CACD:** A notícia dialoga diretamente com temas recorrentes de Política Internacional, como a crescente projeção da China na África, a competição estratégica entre China e Estados Unidos, a diplomacia econômica, a cooperação Sul-Sul e a inserção dos países africanos nas cadeias globais de comércio. Também permite discutir a questão de Taiwan como elemento central da política externa chinesa e sua influência sobre as relações bilaterais com terceiros países.

4 mai

Zâmbia resiste a vincular acordo de saúde com os EUA a acesso a minerais. O governo da Zâmbia declarou que as negociações em curso com os Estados Unidos nas áreas de saúde pública e acesso a minerais estratégicos deveriam ser conduzidas de forma independente. A manifestação ocorreu em resposta a críticas e preocupações sobre a possibilidade de que acordos de cooperação sanitária estivessem sendo vinculados a interesses norte-americanos relacionados à exploração e ao fornecimento de minerais críticos. As autoridades zambianas enfatizaram a importância de preservar a autonomia nacional na condução de suas parcerias internacionais. **Relevância para o CACD:** A notícia permite discutir temas centrais da política internacional contemporânea, como a crescente disputa entre grandes potências por minerais críticos essenciais à transição energética e às tecnologias avançadas, a soberania dos países africanos sobre seus recursos naturais e o debate acerca das condicionalidades associadas à ajuda externa. Também oferece um exemplo concreto da competição geoeconômica entre Estados Unidos e China na África, bem como das estratégias adotadas pelos países africanos

para maximizar ganhos econômicos e preservar sua margem de autonomia diplomática.

11 – 12 mai

França anuncia US\$ 27 bilhões em investimentos na África em cúpula no Quênia. Durante a *Africa Forward Summit*, realizada em Nairóbi, no Quênia, o presidente francês Emmanuel Macron anunciou um pacote de € 23 bilhões em investimentos destinados ao continente africano. Os recursos serão direcionados principalmente para os setores de energia, inteligência artificial, agricultura e infraestrutura digital. O governo francês apresentou a iniciativa como parte de uma nova estratégia de cooperação baseada em uma relação “entre iguais”, buscando renovar os vínculos políticos e econômicos entre a França e os países africanos. **Relevância para o CACD:** A notícia permite analisar a reconfiguração da presença francesa na África em um contexto de enfraquecimento da influência tradicional de Paris, especialmente após sucessivas crises diplomáticas e militares no Sahel. Também é relevante para discutir a transição do modelo conhecido como *Françafrique*, a crescente competição por influência no continente entre potências como França, China, Estados Unidos, Rússia e Turquia, além dos temas de cooperação para o desenvolvimento, segurança internacional, transição energética e diplomacia econômica.

13 mai

Macron encerra viagem à África na Etiópia defendendo reforma do Conselho de Segurança. Durante visita a Adis Abeba, capital da Etiópia e sede da União Africana, o presidente francês Emmanuel Macron reuniu-se com autoridades etíopes, representantes da União Africana e organismos das Nações Unidas. Entre os principais temas discutidos estiveram a ampliação da participação africana nos mecanismos de governança global, especialmente nas instâncias decisórias das Nações Unidas, e o fortalecimento da cooperação em áreas estratégicas. Macron também anunciou apoio financeiro francês a projetos voltados para transição energética, energia verde, digitalização e modernização da infraestrutura etíope. **Relevância para o CACD:** A notícia dialoga diretamente com debates centrais da Política Internacional contemporânea, como a reforma do Conselho de Segurança da ONU, a demanda por maior representatividade do Sul Global nas instituições multilaterais e o papel crescente da África na governança internacional. Além disso, permite analisar a estratégia francesa de reposicionamento diplomático no continente africano, a atuação da União Africana como ator político regional e a utilização da cooperação para desenvolvimento sustentável e transformação digital como instrumentos de política externa.

16 mai

Serra Leoa aceita receber deportados de terceiros países enviados pelos EUA. Serra Leoa firmou entendimento com os Estados Unidos para receber centenas de migrantes oeste-africanos deportados do território norte-americano, incluindo nacionais de países como Senegal, Gana, Guiné e Nigéria. O acordo integra os esforços de Washington para ampliar a cooperação internacional em matéria migratória e viabilizar a transferência de indivíduos que

não podem ser facilmente repatriados aos seus países de origem. A iniciativa gerou debates sobre os custos, as responsabilidades e as implicações humanitárias desse tipo de arranjo bilateral.

Relevância para o CACD: A notícia permite explorar temas relacionados à governança das migrações internacionais, à proteção dos direitos humanos e às estratégias de externalização das políticas migratórias adotadas por países desenvolvidos. Também oferece subsídios para discutir acordos assimétricos entre Estados com diferentes capacidades econômicas e políticas, bem como os desafios enfrentados pelos países africanos diante das pressões associadas aos fluxos migratórios contemporâneos. O caso ilustra ainda como questões migratórias têm se tornado instrumentos relevantes de negociação diplomática nas relações internacionais.

18 mai

República Centro-Africana negocia receber deportados dos EUA. Autoridades dos Estados Unidos mantiveram conversas com o governo da República Centro-Africana sobre a possibilidade de o país receber migrantes deportados de terceiros países. As negociações ocorreram em um contexto no qual Bangui busca ampliar suas opções de parceria internacional, aproximando-se de países ocidentais sem abandonar os vínculos de segurança e cooperação militar estabelecidos com a Rússia. O episódio evidencia a crescente utilização da agenda migratória como instrumento de negociação diplomática e cooperação internacional. **Relevância para o CACD:** A notícia permite analisar a interação entre migração internacional, competição geopolítica e estratégias de sobrevivência de Estados frágeis. O caso é particularmente relevante para compreender a disputa por influência entre Estados Unidos e Rússia na África, o papel dos recursos minerais na política externa de potências extrarregionais e a capacidade de países africanos de utilizar sua posição estratégica como instrumento de barganha diplomática. Também oferece elementos para discutir soberania, dependência externa, segurança internacional e a crescente externalização das políticas migratórias por parte dos países desenvolvidos.

21 mai

Eswatini adere rapidamente ao programa norte-americano de deportações. Eswatini passou a cooperar com o programa de deportações implementado pelo governo norte-americano, aceitando receber migrantes transferidos dos Estados Unidos. A aproximação ocorreu paralelamente à ampliação da cooperação bilateral em áreas como saúde pública e assistência ao desenvolvimento. A decisão chamou atenção pelo papel desempenhado por um pequeno Estado africano em uma agenda sensível da política migratória norte-americana, suscitando debates sobre os incentivos políticos e econômicos envolvidos nesse tipo de acordo. **Relevância para o CACD:** A notícia oferece um exemplo relevante para discutir as assimetrias de poder nas relações internacionais, a utilização da ajuda externa como instrumento de política externa e os dilemas de soberania enfrentados por países de menor peso relativo no sistema internacional. O caso também permite analisar a atuação diplomática de pequenos Estados

africanos, a crescente externalização das políticas migratórias por parte de países desenvolvidos e a intersecção entre cooperação para o desenvolvimento, segurança e gestão de fluxos migratórios.

PAÍSES ASIÁTICOS

15 mai

Trump reafirma aliança EUA–Japão após visita à China. Após sua visita oficial à China e o encontro com Xi Jinping, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, manteve contato com a primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, para reafirmar o caráter “ironclad” (inquebrantável) da aliança entre Washington e Tóquio. Durante a conversa, os líderes discutiram temas relacionados à segurança regional, à cooperação econômica e aos desafios estratégicos no Indo-Pacífico. A iniciativa foi interpretada como um sinal de continuidade do compromisso norte-americano com seus aliados asiáticos, especialmente em um contexto de crescente assertividade chinesa e de preocupações com a estabilidade regional. **Relevância CACD:** A notícia permite analisar a centralidade da aliança EUA–Japão na arquitetura de segurança do Leste Asiático e do Indo-Pacífico. O tema é relevante para compreender o equilíbrio de poder regional, a estratégia norte-americana de fortalecimento de alianças diante da ascensão da China e os mecanismos de coordenação política, econômica e militar entre Washington e seus parceiros asiáticos. Também favorece discussões sobre contenção, dissuasão, segurança marítima e o papel do Japão na crescente competição estratégica entre Estados Unidos e China.

13 – 16 mai

Cúpula Trump–Xi expõe Taiwan, tarifas, tecnologia e Irã como eixos de tensão. O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, realizou visita oficial a Pequim para uma reunião bilateral com o presidente chinês, Xi Jinping, em um dos encontros diplomáticos mais relevantes do ano. A agenda incluiu temas centrais da rivalidade sino-americana, como tarifas comerciais, restrições tecnológicas, semicondutores avançados, minerais críticos e terras raras, além dos desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio. A questão de Taiwan ocupou posição de destaque nas discussões, com Xi Jinping alertando que uma condução inadequada do tema poderia levar as relações entre as duas potências a uma situação perigosa. O encontro buscou reduzir tensões em áreas específicas, mas evidenciou a persistência de divergências estruturais entre Washington e Pequim. **Relevância CACD:** Trata-se provavelmente do principal acontecimento bilateral do mês em Política Internacional. A notícia permite analisar a rivalidade sistêmica entre Estados Unidos e China, considerada um dos eixos centrais da ordem internacional contemporânea. O tema é particularmente relevante para discussões sobre a questão de Taiwan, competição tecnológica, controle de semicondutores, disputa por minerais estratégicos, segurança econômica, geoeconomia e transição de poder no sistema internacional. Também oferece importantes elementos

para compreender os desafios da estabilidade internacional em um contexto de crescente competição entre grandes potências.

24 mai

Rubio visita Índia para tentar recompor confiança bilateral. O secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, realizou sua primeira visita oficial à Índia em um contexto de desgaste nas relações bilaterais, marcado por divergências comerciais e pela imposição de tarifas norte-americanas sobre produtos indianos. Durante os encontros com autoridades indianas, Rubio enfatizou que a Índia continua sendo um dos principais parceiros estratégicos de Washington e destacou a importância da cooperação em áreas como segurança, tecnologia, defesa e estabilidade regional. A visita buscou reforçar a convergência geopolítica entre os dois países, apesar das tensões comerciais persistentes e das diferenças de posicionamento em algumas questões internacionais. **Relevância CACD:** A notícia é fundamental para compreender a crescente importância da Índia na estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico. O tema permite discutir o papel do Quad (Estados Unidos, Índia, Japão e Austrália), a contenção da influência chinesa na Ásia, os desafios da relação entre interesses econômicos e objetivos geopolíticos, bem como a tradicional busca indiana por autonomia estratégica. Também oferece subsídios para analisar o equilíbrio entre cooperação e divergência nas relações EUA–Índia e a crescente centralidade da Índia na reorganização da ordem internacional contemporânea.

24 mai

Empresas chinesas e paquistanesas assinam US\$ 1,22 bilhão em acordos. Empresas chinesas e paquistanesas assinaram acordos de cooperação avaliados em bilhões de dólares durante uma conferência empresarial realizada em Hangzhou, na China, com a participação do primeiro-ministro do Paquistão. Os entendimentos abrangem áreas como infraestrutura, energia, indústria, logística e tecnologia, reforçando o compromisso de ambos os países com o aprofundamento da integração econômica bilateral. Os acordos também refletem os esforços de Pequim e Islamabad para ampliar os investimentos vinculados ao Corredor Econômico China–Paquistão (CPEC) e fortalecer os fluxos de comércio e investimento entre as duas economias. **Relevância CACD:** A notícia complementa o debate sobre a parceria estratégica entre China e Paquistão ao evidenciar sua dimensão econômica e empresarial. O tema permite analisar a operacionalização da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), o papel dos investimentos chineses em países em desenvolvimento, a diplomacia econômica como instrumento de projeção de poder e a crescente integração sino-paquistanesa em setores considerados estratégicos para a conectividade regional e o desenvolvimento de infraestrutura.

26 mai

China e Paquistão reforçam CPEC e porto de Gwadar. China e Paquistão anunciaram um novo entendimento para aprofundar sua parceria estratégica, com destaque para a revitalização do Corredor Econômico China–Paquistão (CPEC), considerado um dos projetos mais importantes da Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt*

and Road Initiative – BRI). Os dois governos reafirmaram o compromisso de ampliar investimentos em infraestrutura, energia, logística e conectividade, com o objetivo de transformar o porto de Gwadar em um importante centro regional de comércio e transporte. Em contrapartida, Islamabad comprometeu-se a reforçar as medidas de segurança destinadas à proteção de trabalhadores, empresas e projetos chineses, que vêm sendo alvo de ataques por grupos insurgentes nos últimos anos. **Relevância CACD:** O tema permite discutir infraestrutura como instrumento de projeção geopolítica, corredores econômicos internacionais, segurança de investimentos externos e competição estratégica no Indo-Pacífico. Também favorece análises sobre a rivalidade sino-indiana, a importância do porto de Gwadar para o acesso chinês ao Oceano Índico e as implicações geopolíticas da crescente aproximação entre Pequim e Islamabad para o equilíbrio regional de poder.

26 mai

EUA abrem consulta sobre produtos chineses elegíveis a cortes tarifários. O governo dos Estados Unidos anunciou a abertura de uma consulta pública para identificar quais produtos chineses poderiam ser contemplados por futuras reduções ou eliminações tarifárias. A iniciativa integra um mecanismo bilateral criado para revisar parte das tarifas impostas durante a guerra comercial entre Washington e Pequim, podendo alcançar cerca de US\$ 30 bilhões em bens considerados não estratégicos. A medida sinaliza uma possível flexibilização seletiva das barreiras comerciais, sem alterar as restrições existentes sobre setores sensíveis relacionados à segurança nacional, tecnologia avançada e cadeias produtivas críticas. **Relevância CACD:** A notícia oferece excelente oportunidade para discutir a evolução da guerra comercial entre Estados Unidos e China, os limites da interdependência econômica entre grandes potências e as estratégias de *managed trade* adotadas pelas duas economias. Também permite analisar o papel das tarifas como instrumento de política comercial e de política externa, os impactos sobre cadeias globais de valor, os custos econômicos do protecionismo e a crescente articulação entre comércio, tecnologia e segurança nacional na rivalidade sino-americana.

27 mai

Alemanha defende relação econômica com a China entre cooperação e competição. Durante visita oficial a Pequim, o ministro da Economia da Alemanha afirmou que a relação econômica contemporânea entre Europa e China deve ser pautada simultaneamente pela cooperação e pela competição. A declaração ocorreu em um contexto marcado pelo aumento das tensões comerciais globais, pelas tarifas adotadas pelos Estados Unidos e pelas preocupações europeias com a crescente competitividade das empresas chinesas em setores estratégicos, como veículos elétricos, energias renováveis e tecnologias avançadas. Ao mesmo tempo em que reconhece a importância do mercado chinês para a economia alemã, Berlim busca reduzir vulnerabilidades excessivas sem romper os laços econômicos com Pequim. **Relevância CACD:** A notícia é particularmente relevante para debates de geoeconomia e

política internacional contemporânea, permitindo analisar o conceito de *de-risking*, as estratégias europeias para reduzir dependências estratégicas da China e os desafios da competição industrial em setores de alta tecnologia. Também favorece discussões sobre protecionismo, política industrial, autonomia estratégica europeia e reconfiguração das cadeias globais de valor em um cenário de crescente rivalidade entre grandes potências.

28 mai

Coreia do Norte rejeita reengajamento com EUA, Coreia do Sul e Japão. Após visita oficial a Pyongyang, o ministro das Relações Exteriores de Singapura declarou que a Coreia do Norte não demonstra interesse em retomar canais significativos de diálogo com os Estados Unidos, a Coreia do Sul ou o Japão. Segundo sua avaliação, o regime norte-coreano continua priorizando uma estratégia baseada na autossuficiência econômica e política (*juche*), no fortalecimento de sua capacidade de dissuasão militar — especialmente nuclear e balística — e no aprofundamento dos laços estratégicos com a Rússia. O posicionamento sugere que Pyongyang percebe poucos incentivos para retomar negociações de desnuclearização ou iniciativas de aproximação com seus principais adversários regionais. **Relevância CACD:** A notícia aborda um dos principais focos de instabilidade da Ásia Oriental e permite discutir temas centrais do concurso, como proliferação nuclear, regimes de sanções, diplomacia coercitiva, segurança regional e equilíbrio de poder no Indo-Pacífico. Também é relevante para analisar o aprofundamento da cooperação entre Rússia e Coreia do Norte no contexto da guerra na Ucrânia, bem como a complexa triangulação estratégica envolvendo China, Rússia e Coreia do Norte diante da presença dos Estados Unidos e de seus aliados na região.

29 mai

China e Canadá tentam reaproximação diplomática e comercial. O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, realizou visita oficial ao Canadá, a primeira de um chanceler chinês ao país em aproximadamente dez anos, em um movimento interpretado como tentativa de reaproximação diplomática após um período de fortes tensões bilaterais. Durante a visita, Wang afirmou que as exportações canadenses para o mercado chinês poderiam dobrar, sinalizando interesse de Pequim em ampliar os vínculos econômicos. Apesar do tom conciliador, persistiram divergências relevantes, especialmente em relação à questão de Taiwan, à segurança internacional e à postura canadense diante das disputas estratégicas envolvendo a China. **Relevância CACD:** O episódio é útil para analisar os esforços de estabilização das relações China–Canadá em um contexto de crescente rivalidade sino-ocidental. A notícia permite discutir conceitos como *de-risking*, diversificação de parcerias comerciais, dependência econômica, tensões entre interesses econômicos e preocupações de segurança, além da centralidade da questão de Taiwan na diplomacia chinesa e nas relações entre Pequim e países alinhados ao Ocidente.

31 mai

Coreia do Sul e Japão discutem acordo de apoio logístico militar. Coreia do Sul e Japão avançaram nas discussões sobre um

possível acordo de apoio logístico militar, que permitiria o compartilhamento de combustível, alimentos, munições e outros suprimentos entre suas forças armadas. Apesar da crescente convergência estratégica diante das ameaças representadas pela Coreia do Norte e pelo aumento da assertividade chinesa no Indo-Pacífico, Seul mantém cautela nas negociações em razão de sensibilidades históricas relacionadas ao período de colonização japonesa da Península Coreana (1910–1945). **Relevância CACD:** A notícia permite abordar temas recorrentes do concurso, como segurança regional no Indo-Pacífico, fortalecimento das alianças dos Estados Unidos na Ásia Oriental, mecanismos de cooperação militar entre democracias asiáticas, contenção estratégica da China e o impacto da memória histórica nas relações internacionais contemporâneas.

PAÍSES EUROPEUS E UNIÃO EUROPEIA

1 mai

Ataques de Trump a líderes europeus aprofundam tensão transatlântica. Diplomatas europeus avaliaram que as relações entre Estados Unidos e Europa atravessam uma transformação estrutural, marcada por divergências comerciais, questionamentos sobre compromissos de segurança e crescente percepção de que a Europa deve fortalecer sua capacidade de atuação autônoma. Nesse contexto, autoridades europeias defenderam a necessidade de complementar o tradicional poder normativo e diplomático do continente ("soft power") com instrumentos mais robustos de influência econômica, tecnológica, militar e geopolítica. **Relevância CACD:** A notícia permite compreender um dos principais debates contemporâneos da política internacional: a busca europeia por autonomia estratégica em um cenário de incertezas quanto à liderança norte-americana. O tema dialoga diretamente com as discussões sobre a crise da ordem liberal internacional, a evolução das relações transatlânticas, a política externa e de segurança da União Europeia e a crescente competição entre grandes potências no sistema internacional.

4 mai

EUA ameaçam elevar tarifas sobre automóveis da União Europeia. O presidente Donald Trump ameaçou elevar de 15% para 25% as tarifas incidentes sobre automóveis provenientes da União Europeia, alegando que o bloco não estaria cumprindo compromissos assumidos em entendimentos comerciais anteriores. Em resposta, a Comissão Europeia rejeitou as acusações e afirmou que dispõe de instrumentos para proteger os interesses econômicos europeus, incluindo possíveis medidas de retaliação. O episódio intensificou as tensões comerciais entre Washington e Bruxelas e reacendeu preocupações quanto à escalada de disputas tarifárias entre os dois lados do Atlântico. **Relevância CACD:** A notícia é relevante para o estudo de economia política internacional, protecionismo e relações econômicas transatlânticas. O caso ilustra o uso de tarifas como instrumento de pressão diplomática e comercial, além de permitir discutir os impactos de guerras comerciais sobre cadeias globais de valor, indústria automotiva, regras da Organização Mundial do Comércio (OMC)

e a crescente tensão entre interesses nacionais e compromissos multilaterais no comércio internacional.

13 mai

China critica planos europeus de restringir investimentos chineses. Durante visita a Madri, um alto representante chinês manifestou forte insatisfação com as restrições europeias a investimentos chineses, controles sobre setores estratégicos e medidas voltadas à proteção de tecnologias sensíveis. Segundo o diplomata, tais iniciativas comprometem a confiança mútua e podem levar Pequim a restringir oportunidades econômicas para empresas e investidores europeus. A declaração reflete o agravamento das tensões entre China e União Europeia em áreas consideradas estratégicas para a competitividade e a segurança nacional. **Relevância CACD:** A notícia é particularmente relevante para o estudo da geoeconomia contemporânea, pois evidencia a crescente intersecção entre segurança e relações econômicas internacionais. O caso permite discutir mecanismos de triagem de investimentos estrangeiros (*investment screening*), políticas de redução de dependências estratégicas (*de-risking*), rivalidade tecnológica sino-europeia e a tendência de securitização do comércio e dos fluxos de capital. Também ilustra os desafios enfrentados pela União Europeia ao tentar equilibrar interesses econômicos com preocupações relativas à segurança e à autonomia estratégica.

19 mai

UE avança para finalizar acordo comercial com os EUA e evitar novas tarifas. A União Europeia avançou na implementação de medidas destinadas a viabilizar um entendimento comercial com os Estados Unidos, incluindo a redução de tarifas sobre determinados produtos industriais norte-americanos. Em contrapartida, Washington continuou pressionando Bruxelas para flexibilizar ou revisar barreiras regulatórias e outras medidas não tarifárias consideradas prejudiciais ao acesso de produtos norte-americanos ao mercado europeu. O episódio evidencia a complexidade das negociações comerciais transatlânticas, nas quais tarifas, regulamentações técnicas e padrões sanitários frequentemente se tornam instrumentos de barganha econômica e política. **Relevância CACD:** A notícia é especialmente útil para compreender a dinâmica das relações econômicas entre Estados Unidos e União Europeia, dois dos principais polos da economia mundial. O tema permite discutir protecionismo, barreiras tarifárias e não tarifárias, negociações comerciais internacionais e os limites do livre-comércio em um contexto de crescente competição geoeconômica. Também contribui para a análise da vulnerabilidade europeia diante da política comercial norte-americana e dos mecanismos de pressão utilizados por grandes potências para obter concessões econômicas e regulatórias.

21 mai

Alemanha propõe “associação” da Ucrânia à União Europeia. O chanceler alemão Friedrich Merz propôs a criação de uma modalidade de “associação” entre a Ucrânia e a União Europeia, que permitiria a participação de representantes

ucranianos em determinadas instâncias e reuniões do bloco, ainda que sem direito a voto. A proposta busca aprofundar a integração política e institucional de Kiev com a UE antes de uma eventual adesão plena, ao mesmo tempo em que oferece garantias políticas e estratégicas em meio à continuidade da guerra com a Rússia. A iniciativa reflete os esforços europeus para apoiar a Ucrânia sem acelerar um processo de ampliação que ainda enfrenta obstáculos jurídicos, econômicos e políticos. **Relevância CACD:** A notícia aborda um dos temas centrais da agenda europeia contemporânea: o futuro da Ucrânia no contexto da integração regional e da segurança continental. O caso permite discutir o processo de alargamento da União Europeia, os critérios de adesão ao bloco, os impactos da guerra russo-ucraniana sobre a arquitetura de segurança europeia e os desafios institucionais decorrentes da possível incorporação de novos membros. Também é relevante para compreender a busca da União Europeia por mecanismos intermediários de integração capazes de conciliar apoio político à Ucrânia com as limitações internas do processo decisório europeu.

22 mai

México e União Europeia assinam acordo comercial modernizado. O México e a União Europeia concluíram e assinaram uma versão modernizada de seu acordo de livre comércio, ampliando o alcance da parceria econômica e fortalecendo mecanismos de cooperação comercial e regulatória. O entendimento ocorreu em um contexto de crescente incerteza nas relações comerciais com os Estados Unidos, marcado pelo retorno de políticas tarifárias mais agressivas por parte da administração Trump. Ao aprofundarem seus vínculos econômicos, México e União Europeia buscam diversificar mercados, reduzir vulnerabilidades externas e ampliar suas margens de autonomia diante das turbulências do comércio internacional. **Relevância CACD:** A notícia é particularmente relevante para os temas de comércio internacional e integração econômica regional. O acordo ilustra a tendência de diversificação de parcerias comerciais em resposta ao aumento do protecionismo e às incertezas do sistema econômico internacional. Também permite discutir regionalismo aberto, acordos inter-regionais, estratégias de redução de dependência em relação aos Estados Unidos e a crescente utilização de acordos comerciais como instrumentos de projeção geoeconômica e fortalecimento da resiliência econômica dos Estados.

27 mai

Noruega aproxima-se da dissuasão nuclear francesa. Noruega e França avançaram nas discussões sobre uma cooperação mais estreita em matéria de dissuasão nuclear, em um contexto de crescente preocupação europeia quanto à solidez das garantias de segurança oferecidas pelos Estados Unidos. Embora a proposta não implique a extensão formal do arsenal nuclear francês à Noruega, ela sinaliza maior aproximação entre aliados europeus em temas estratégicos e reforça o debate sobre o papel da França — única potência nuclear da União Europeia — na segurança do continente. O movimento reflete a busca por mecanismos complementares de proteção diante das incertezas geopolíticas geradas pela guerra na Ucrânia e pelas oscilações da política externa

norte-americana. **Relevância CACD:** A notícia dialoga diretamente com temas centrais de segurança internacional e política europeia contemporânea. O caso permite discutir a evolução da OTAN, os limites da dependência estratégica europeia em relação aos Estados Unidos, o conceito de autonomia estratégica europeia e o papel singular da França como potência nuclear. Além disso, oferece subsídios para analisar os debates sobre dissuasão nuclear, equilíbrio de poder no continente e possíveis rearranjos da arquitetura de segurança europeia em um cenário de crescente competição entre grandes potências.

28 mai

UE afirma que Rússia não escolherá quem representa a Europa em negociações sobre Ucrânia. Ministros das Relações Exteriores de países da União Europeia rejeitaram publicamente qualquer tentativa da Rússia de determinar quais Estados ou representantes europeus poderiam participar de futuras negociações relacionadas à guerra na Ucrânia. As declarações reforçaram a posição de que a composição da representação europeia em eventuais diálogos diplomáticos deve ser definida pelos próprios membros da UE e por seus aliados, e não por Moscou. O episódio evidencia a preocupação europeia em preservar sua autonomia política e sua capacidade de influenciar diretamente os desdobramentos de um conflito considerado fundamental para a segurança do continente. **Relevância CACD:** A notícia é particularmente importante para a compreensão da guerra da Ucrânia e de seus impactos sobre a arquitetura de segurança europeia. O tema permite discutir autonomia estratégica europeia, relações entre União Europeia e Rússia, legitimidade dos processos de negociação internacional e disputas por influência política em contextos de conflito armado. Também contribui para a análise das transformações da ordem de segurança europeia após 2022, marcadas pelo fortalecimento da coordenação entre os países europeus e pela crescente centralidade da questão ucraniana na agenda internacional.

28 mai

China acusa UE de usar dados seletivamente para justificar restrições. O governo chinês criticou a possibilidade de a União Europeia adotar novas restrições comerciais contra produtos chineses, argumentando que tais medidas seriam incompatíveis com os princípios do livre comércio e prejudicariam a cooperação econômica entre as partes. Autoridades de Pequim advertiram que a China poderá responder caso Bruxelas avance com barreiras adicionais, especialmente em setores considerados estratégicos. A controvérsia ocorre em um contexto de crescente preocupação europeia com subsídios estatais chineses, excesso de capacidade produtiva e dependência de cadeias de suprimento consideradas sensíveis para a segurança econômica do bloco. **Relevância CACD:** A notícia é relevante para o estudo da geoeconomia contemporânea e das disputas comerciais entre grandes potências. O caso permite analisar mecanismos de retaliação comercial, a crescente utilização de instrumentos econômicos para fins estratégicos e as tensões decorrentes da interdependência assimétrica entre China e União Europeia. Também contribui para

o entendimento dos debates sobre proteção industrial, competição tecnológica, segurança econômica e os desafios enfrentados pelo sistema multilateral de comércio diante da intensificação das rivalidades geopolíticas.

29 mai

UE endurece tom sobre relação comercial com a China. A Comissão Europeia avaliou que a atual relação comercial e de investimentos entre a União Europeia e a China tornou-se cada vez mais desequilibrada e difícil de sustentar no longo prazo. Autoridades europeias demonstraram preocupação com a forte presença de produtos chineses em setores industriais estratégicos, frequentemente associada a subsídios estatais, excesso de capacidade produtiva e práticas consideradas distorcivas da concorrência. Diante desse cenário, Bruxelas sinalizou a possibilidade de adotar medidas mais rigorosas de defesa comercial e proteção industrial, especialmente em segmentos sensíveis como veículos elétricos, tecnologias avançadas e insumos estratégicos.

Relevância CACD: A notícia está no centro dos debates contemporâneos de geoeconomia e política comercial internacional. O caso permite discutir a crescente preocupação europeia com dependências estratégicas em relação à China, os efeitos do chamado “China Shock 2.0” sobre a indústria europeia, o uso de instrumentos de defesa comercial e a competição tecnológica entre grandes potências. Também contribui para a compreensão das estratégias de *de-risking* adotadas pela União Europeia, da securitização das relações econômicas internacionais e das transformações em curso na ordem econômica global.

PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO

13 mai

Golfo, Irã e disputa pelo Estreito de Ormuz. A guerra envolvendo o Irã reforçou a importância estratégica do Estreito de Ormuz como um dos principais gargalos marítimos do comércio mundial de petróleo e gás. Segundo a Reuters, o conflito elevou os riscos de interrupção do fluxo energético global, em um contexto marcado pelo agravamento das tensões entre Teerã e Riad. A reportagem destaca que a Arábia Saudita teria realizado ataques diretos contra o Irã no início de 2026 e que o governo iraniano buscava negociar acordos bilaterais relacionados à segurança da navegação e ao funcionamento do estreito, por onde transita parcela significativa das exportações energéticas do Golfo.

Relevância CACD: O tema permite discutir conceitos centrais de Geopolítica e Política Internacional, como segurança energética, vulnerabilidade das cadeias globais de suprimento, controle de *chokepoints* marítimos, rivalidade Irã–Arábia Saudita, equilíbrio de poder no Oriente Médio e impactos de conflitos regionais sobre a economia internacional. Também dialoga com debates sobre liberdade de navegação, diplomacia coercitiva e a crescente interdependência entre segurança e energia nas relações internacionais contemporâneas.

14 mai

Arábia Saudita propõe pacto regional de não agressão com o Irã. A Arábia Saudita passou a discutir a criação de um pacto regional de não agressão envolvendo os países do Oriente Médio e

o Irã, em uma tentativa de consolidar a redução das tensões após o conflito que marcou a região em 2026. A iniciativa busca estabelecer mecanismos de confiança mútua, reduzir riscos de confrontos diretos e criar bases para uma arquitetura de segurança mais estável no Golfo. A proposta reflete a crescente percepção, entre os Estados da região, de que a contenção de crises depende não apenas de alianças externas, mas também de instrumentos diplomáticos regionais capazes de prevenir novas escaladas militares. **Relevância CACD:** A notícia é particularmente relevante para os estudos de Política Internacional e Segurança Internacional, pois permite analisar os esforços de construção de uma arquitetura regional de segurança no Oriente Médio, a evolução da reaproximação entre Arábia Saudita e Irã e o papel da diplomacia preventiva na gestão de conflitos. Também oferece subsídios para comparar iniciativas contemporâneas de estabilização regional com modelos históricos de segurança coletiva, além de discutir a influência de potências externas e a busca crescente por mecanismos de segurança liderados pelos próprios atores regionais.

19 mai

Proposta iraniana mediada pelo Paquistão avança em negociações com os EUA. O presidente Donald Trump declarou haver uma “boa chance” de alcançar um novo entendimento com o Irã após suspender uma operação militar que vinha sendo considerada por Washington. Segundo a Reuters, Teerã encaminhou uma proposta por intermédio do Paquistão, que atuou como canal de comunicação entre as partes. O plano incluiria medidas como o encerramento das hostilidades, a reabertura plena do Estreito de Ormuz à navegação comercial internacional e a liberação parcial de ativos iranianos congelados no exterior. A iniciativa evidencia a tentativa de combinar incentivos econômicos e garantias de segurança para destravar as negociações em torno do programa nuclear iraniano e da estabilidade regional. **Relevância CACD:** A notícia permite discutir temas centrais da Política Internacional contemporânea, como negociações nucleares, regimes de não proliferação, diplomacia de mediação por terceiros, uso de sanções econômicas como instrumento de política externa e o papel de potências médias — neste caso, o Paquistão — na facilitação do diálogo entre atores em conflito. Também oferece elementos para analisar a relação entre segurança regional, energia e diplomacia coercitiva no Oriente Médio, além dos desafios para a construção de acordos duradouros em contextos de elevada desconfiança estratégica.

25 mai

EUA atacam alvos no Irã enquanto negociações continuam. Os Estados Unidos realizaram novos ataques militares contra alvos localizados no sul do Irã, incluindo embarcações e lançadores de mísseis que, segundo Washington, representavam ameaça à navegação internacional e à estabilidade regional. As ações ocorreram simultaneamente à continuidade das negociações

envolvendo a segurança do Estreito de Ormuz, o futuro do programa nuclear iraniano e a eventual liberação de ativos financeiros iranianos bloqueados no exterior. O episódio evidencia a coexistência de pressão militar e negociação diplomática como instrumentos complementares da estratégia norte-americana para influenciar o comportamento de Teerã e proteger interesses estratégicos no Golfo. **Relevância CACD:** A notícia permite analisar a interação entre uso da força e diplomacia coercitiva nas relações internacionais contemporâneas, além de temas como liberdade de navegação em rotas estratégicas, segurança energética, regimes de não proliferação nuclear e aplicação de sanções econômicas. Também oferece um exemplo concreto dos limites e das contradições dos processos de negociação conduzidos em contextos de conflito armado, nos quais operações militares e iniciativas diplomáticas podem ocorrer simultaneamente como parte de uma mesma estratégia de pressão e barganha internacional.

25 mai

Trump vincula acordo com o Irã à ampliação dos Acordos de Abraão. O presidente Donald Trump defendeu a ampliação dos Acordos de Abraão e instou países como Arábia Saudita, Catar, Paquistão, Turquia, Egito e Jordânia a aderirem ao processo de normalização das relações com Israel. A proposta foi apresentada no contexto das negociações envolvendo o Irã, sugerindo que um eventual acordo com Teerã poderia ser acompanhado por avanços na integração diplomática entre Israel e países do mundo islâmico. A iniciativa reflete a estratégia norte-americana de vincular questões de segurança regional, contenção do Irã e cooperação político-econômica em uma mesma arquitetura diplomática para o Oriente Médio. **Relevância CACD:** O tema é central para a compreensão das transformações geopolíticas do Oriente Médio contemporâneo, permitindo discutir os Acordos de Abraão, a normalização das relações entre países árabes e Israel, a persistência da questão palestina e os desafios para a construção de uma ordem regional estável. A notícia também possibilita analisar o papel dos Estados Unidos como articulador diplomático, as divergências entre os interesses dos diferentes atores regionais e os limites dos projetos de integração e cooperação em um ambiente marcado por rivalidades históricas, conflitos armados e disputas de poder.

LUMEN
— EX STUDIO, LUX —